



Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestrado em Educação Especial
Ramo: Cognitivo Motor

Teriane Bastos Nunes

**INCLUSÃO ESCOLAR: AS PERSPECTIVAS DO PEDAGOGO NO ÂMBITO
EDUCACIONAL**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2021

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Teriane Bastos Nunes

**INCLUSÃO ESCOLAR: AS PERSPECTIVAS DO PEDAGOGO NO ÂMBITO
EDUCACIONAL**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2021

Teriane Bastos Nunes

**INCLUSÃO ESCOLAR: AS PERSPECTIVAS DO PEDAGOGO NO ÂMBITO
EDUCACIONAL**

Assinatura: _____

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação – Educação Especial do Ramo: Desenvolvimento Cognitivo e Motor, sob orientação do Professor Doutor Pedro Cunha.

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2021

RESUMO

As perspectivas do pedagogo em relação à inclusão é a base deste estudo, que tem como objetivo identificar estratégias que impliquem no processo de inclusão, sabendo que este profissional inicialmente obterá um ponto de partida ao identificar o problema e utilizará ferramentas para adaptar às necessidades encontradas em cada situação, contribuindo para o aperfeiçoamento da inclusão na escola em que o aluno estuda. Sendo assim, podemos conceituar que a função do pedagogo é mediar informação possibilitando, juntamente com o corpo docente da instituição, meios para melhor atender aos alunos. Sob o ponto de vista metodológico, a pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, como recurso à entrevista semiestruturada elaborada pela pesquisadora, analisando assim as estratégias e o comportamento de cinco pedagogos e de cinco responsáveis de alunos com NEE's, no ambiente onde vivenciam a realidade estudada. O procedimento metodológico adotado fundamentou-se em uma revisão bibliográfica, com a finalidade de reunir todas as informações possíveis, a fim de embasar o processo de investigação e os horizontes de percepção deste estudo.

Atendendo aos resultados da pesquisa é necessária uma remodelação do Projeto Político-Pedagógico da escola analisada para que a inclusão seja realizada de forma eficaz, tendo se destacado ainda a aproximação entre pedagogos, alunos e professores, cujo relacionamento é muito importante para o processo de ensino. Os resultados obtidos apontam para a existência de múltiplos desafios e incertezas do pedagogo quanto à sua prática. Para haver mudanças é necessário que este profissional conheça com mais exatidão tudo que acontece em seu local de trabalho, pois dessa forma encontrará as metodologias e ferramentas mais propícias a promover a transformação de acordo com as características e as necessidades da sua realidade.

Conclui-se, assim, referindo que se considera a necessidade de estabelecer ações que garantam as condições necessárias ao atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Práticas Pedagógicas, Pedagogo Escolar.

ABSTRACT

The pedagogue's perspectives on inclusion is the basis of this study, which aims to identify strategies that involve the inclusion process, knowing that this professional will initially get a starting point by identifying the problem and using tools to adapt to the needs found in each situation, contributing to the improvement of inclusion in the school where the student studies. Thus, we can conceptualize that the role of the pedagogue is to mediate information enabling, together with the faculty of the institution, means to better serve students.

From the methodological point of view, the research followed a qualitative approach, using the semi-structured interview prepared by the researcher, thus analyzing the strategies and behavior of five students with Nees and five responsible students with Nees, in the environment where they experience the reality studied. The methodological procedure adopted was based on a bibliographic review, with the purpose of gathering all possible information, in order to support the research process and the horizons of perception of this study. Given the results of the research, a remodeling of the Political-Pedagogical Project of the school analyzed is necessary for the inclusion to be carried out effectively, and the approximation between students and teachers is highlighted, whose relationship is very important to the teaching process. The results obtained point to the existence of multiple challenges and uncertainties of the pedagogue regarding its practice. For there to be changes it is necessary that this professional knows more accurately everything that happens in your workplace, because in this way you will find the most suitable methodologies and tools to promote the transformation according to the characteristics and needs of your reality.

Thus, we conclude that we consider the need to establish actions that guarantee the conditions necessary to meet the students with special educational needs.

Keywords: Inclusive Education, Pedagogical Practices, School Pedagogue.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à todos que contribuíram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus acima de tudo e em primeiro lugar.

Ao meu orientador, Professor Doutor Pedro Cunha, pelo carinho e pelo grande profissional que és.

A minha família que sempre me apoia em minhas decisões, ao meu filho amado, ao meu esposo, minha mãe e irmãos.

Às pessoas que contribuíram para a realização desse sonho.

A escola onde fiz a pesquisa.

Aos alunos da instituição.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
1. Inclusão Escolar	5
1.1 Inclusão escolar e suas características	5
1.2 Limites e desafios na inclusão.....	7
1.3 Educação inclusiva na atualidade	9
1.4 Avaliação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais ...	12
2. O Pedagogo no processo de inclusão escolar	13
2.1 Os desafios enfrentados pelo pedagogo	15
2.2 A contribuição do pedagogo no sistema de inclusão	17
2.3 Ferramentas necessárias no processo de inclusão	19
2.4 O pedagogo como agente de transformação social	21
3. Conflitos e sua gestão no processo de inclusão escolar	22
3.1 Ações da escola diante à inclusão	24
3.2 Os conflitos como vantagem no processo da aprendizagem.....	27
3.3 Gestão de conflitos no âmbito educacional	29
3.4 A mediação como método educativo no processo de inclusão.....	31
II. ESTUDO EMPÍRICO	34
1. População-alvo e participantes no estudo.....	34
2. Perfil da Instituição onde se desenvolveu a pesquisa.....	35
3. Problemática.....	36
3.1 Definição da problemática	36
3.2 Objetivos do estudo.....	37
3.3 Questões de investigação	37
4. Justificativa do paradigma adotado.....	38
4.1 Método de investigação	38
4.2 Etapas e desenvolvimento da pesquisa	39
4.3 Entrevista semi-estruturada.....	40
4.4 Procedimentos de pesquisa	41
4.5 Pesquisa Bibliográfica	42

4.6 Pesquisa de Campo	44
III. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	46
1. Resultados provenientes da aplicação do Guião de Entrevista 1.....	47
2. Resultados provenientes da aplicação do Guião de Entrevista 2.....	54
3. Benefícios esperados.....	63
4. Riscos esperados.....	64
CONCLUSÕES.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
ANEXOS.....	77

LISTA DE SIGLAS

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

CEB: Câmara de Educação Básica

CNS: Conselho Nacional de Saúde

CF: Constituição Federal

CNE: Conselho Nacional de Educação

DCN: Diretrizes Curriculares Nacionais

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

LBI: Lei Brasileira de Inclusão

LDB: Lei e Diretrizes e Base da Educação

MEC: Ministério da Educação

NEE's: Necessidades Educativas Especiais

PEI: Plano de Ensino Individualizado

PPP: Projeto Político Pedagógico

PNDH: Programa Nacional de Direitos Humanos

PNEEPEI: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PNE: Portador de Necessidades Especiais

INTRODUÇÃO

O pedagogo procura cada vez mais desempenhar sua função, mesmo que em certos casos tenha que ir além de suas atribuições. A formação do pedagogo no Brasil começou em 1939, onde objetivou analisar o percurso histórico do curso pelas vias dos seus marcos legais, desde o seu surgimento e até hoje percebemos uma incerteza sobre o propósito e a função do profissional. O curso de pedagogia por sinal ocupou um lugar periférico no contexto das licenciaturas porque era visto como um curso de segunda categoria.

Desde sua criação em 1939, o curso contempla o preparo dos profissionais para o exercício da docência, assim como para os campos específicos de atuação do pedagogo. Porém, sua grade curricular esteve sempre mais centrada nesses campos específicos da pedagogia escolar e não na docência, que sempre apareceu de modo secundário. Atualmente ocorre uma situação inversa: os cursos centralizam o currículo em torno da docência e secundarizam os campos de atuação do pedagogo que configuram sua identidade (Pinto, 2006, p. 12).

A pedagogia é um olhar para o futuro, o pedagogo é um facilitador para os alunos, com características sociais na forma como vê a dificuldade e como consegue resolver, o profissional pode atuar em museus, hospitais e também no ensino informal, tem facilidade em manusear o material didático, sendo importante ampliar seu conhecimento.

O pedagogo é o responsável por fazer a mediação entre parte interna e externa da escola, ser o facilitador no âmbito escolar, antes era ligada a administração da escola, o seu papel envolve o trabalho de todos, a escola deve ter um profissional que ajude a dinamizar a rotina escolar, é um trabalho de conquista, olhar a comunidade como parceiros, no qual suas práticas acadêmicas funcionam melhor, o profissional precisa orientar as ações e criar um clima que favoreça a aprendizagem, preocupado com o conteúdo e cuidado diferenciado para o seu público escolar. A pedagogia é a ciência que procura compreender a educação com ênfase na instituição escolar (Meksenas, 2002).

Face aos limites e desafios no processo de inclusão, o pedagogo se depara com problemas que constantemente causam momentos constrangedores e, na maioria das vezes, desnecessários ao aluno, tendo este

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

profissional a função de inverter esta realidade, proporcionando meios relevantes para que o discente seja inserido na escola e tenha melhor perspectiva em seu processo de ensino e aprendizagem obtendo assim resultados satisfatórios.

Desta forma, o profissional que atua nessa função pedagógica e convive com essas realidades, deixa claro que a inclusão escolar é acessível de forma natural e concreta a todos em termos de conhecimento, fazendo com que tenham perspectiva educacional, profissional e pessoal maiores do que esperam, promovendo assim um convívio social mais adequado.

A essência da inclusão é que deve haver uma investigação sobre o que está disponível para assegurar aquilo que é relevante e acessível a qualquer aluno na escola. Cedo ou tarde essa gama de possibilidades e de oportunidades incluirá muitos ou todos os alunos que estão agora em escolas ou em classes especiais. (Mittler, 2003,p.27)

O progresso da inclusão vem se tornando um movimento significativo nos diferentes segmentos educacionais, tendo em vista a adequação das práticas pedagógicas, onde o pedagogo passa a ter uma visão mais social, que agregado à sua experiência, dispõe do atendimento necessário às necessidades de cada aluno.

Embora existam muitos obstáculos para propor mudanças significativas no ambiente de ensino, as ações oriundas da estrutura docente são necessárias com o intuito de atender a diversidade de alunos, ou seja, é imprescindível a presença da escola atuando para realmente surtir efeitos satisfatórios, pois o pedagogo não obterá êxito realizando sem o apoio escolar. Afirma (Davis, 2002) os diferentes momentos da vida escolar são permeados pelo estabelecimento de trocas que caracterizam as relações humanas- o encontro, a convivência, a socialização. Momentos estes que a escola deve priorizar e não dar ênfase somente a transmissão de conteúdos.

A inclusão escolar dá direito ao aluno de frequentar a escola independente do problema ou deficiência que o mesmo possa ter, o convívio com o meio social é uma questão de bom senso e humanidade, com respaldo jurídico e

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

resguardado pelos direitos humanos. Segundo o Ministério da Educação (2005, p.20),

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Educar não está somente voltada a um espaço físico e sim a um modelo de intervenção educativa que facilite o ingresso do aluno a um processo inevitável de socialização contínua, proporcionando perspectivas através do estudo e possibilitando o acesso ao mercado de trabalho, com as dificuldades e desafios a encontrar, mas com um passo importante para o caminho da igualdade social.

Neste caso a lei garante que o aluno seja incluído nas escolas, sob orientação do pedagogo de forma que integre as ferramentas necessárias para a formação do indivíduo, preparando-o para o cumprimento das questões básicas da sociedade. A respeito dessa questão (Fávero, 2004) a educação é um direito humano fundamental e, portanto, deve ser colocado à disposição de todos os seres humanos.

O pedagogo passa a ser nesse sentido um profissional de extrema importância para que a inclusão escolar no sistema de ensino não seja ignorada e receba realmente a importância devida, onde a prática inclusiva ocorra de forma gradual e distinta, buscando suprir as necessidades educacionais vivenciadas em cada momento e de acordo com cada necessidade. Por esses e outros sérios entraves, nossos caminhos educacionais estão se abrindo, à custa de muito esforço e da perseverança de alguns diante da resistência de muitos (Mantoan, 2011).

O trabalho proposto tem como objetivo, identificar estratégias que implique no processo de inclusão e que respeite as características de cada discente. Entender possíveis lacunas existentes no desenvolvimento e contribuir para o seu aperfeiçoamento, dando suporte aos alunos com necessidades especiais e suas particularidades para que venham se sentir acolhidos.

A situação problema desta pesquisa é compreender a visão e o entendimento do pedagogo em relação ao processo de inclusão e a forma como os alunos com necessidades educativas especiais são avaliados em sala de aula, considerando que para o sistema de ensino o aluno torna-se capaz para atingir a série seguinte quando é submetido a uma avaliação e alcança uma média.

Nesse contexto para os alunos com NEE's, a escola deve oferecer um ensino com equidade, onde os mesmos terão práticas pedagógicas que possam atender a todos no mesmo espaço, não deixar ninguém de fora e com igualdade onde terão os mesmos direitos. Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos lhes oferecer de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades (Mantoan, 2011).

I- REFERENCIAL TEÓRICO

1. Inclusão Escolar

1.1 Inclusão escolar e suas características

A inclusão é vista como um agente transformador que dá direito ao indivíduo a participar de forma consciente e responsável de uma sociedade, tendo em vista que é um movimento educacional, social e político, que no qual possam defender os direitos de todos, sendo o que os portadores de necessidades educativas especiais possam ser aceitos e respeitados naquilo que os diferenciam. A LBI (Leis de Diretrizes e Bases 2015, p.19) enfatiza que,

Art. 1.É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A Declaração de Salamanca é um documento criado a favor de crianças em condições de necessidades educativas especiais, fazendo com que elas possam ser inseridas na sociedade e vistas com um novo olhar motivando as escolas a adaptar-se as exigências, deixando o ambiente propício ao ensino-aprendizagem dos alunos.

A inclusão tem sido apontada como solução para o problema da exclusão educacional, conforme as palavras de Orrú (2017, p. 41),

As brechas de termos existentes nas leis, tais como “preferencialmente” deram e dão margem para que mecanismos de exclusão sejam rotineiramente utilizados para excluir algum aluno da escola de ensino comum, ou então, pseudualizar a inclusão a partir de propostas de integração do aluno com deficiência que ora o mobilizam para salas de ensino especial, ora para instituições especializadas, ora para salas de ensino comum.

Se o problema era favorecer a inclusão a todos, a solução foram as mudanças das práticas pedagógicas para favorecer e flexibilizar a resposta educativa fornecendo uma educação básica de qualidade a todos os alunos.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

A inclusão escolar é vista como mudanças nos mais diversos sentidos, dando possibilidades de evolução a todos os discentes, de acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente 2005, p.20), art.54. É dever do Estado assegurar a criança e ao adolescente: III - atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.Com o apoio de profissionais qualificados nas escolas o rendimento escolar dos alunos pode e deve melhorar.

Se o princípio da inclusão escolar é que todas as crianças sejam matriculadas na rede regular de ensino, a educação especial também deve ser incluída sem exceção, já que a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) “cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias,sendo que os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados, tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades” no entanto passam a ter os mesmos direitos tanto nas práticas e experiências educativas que a escola regular lhe oferece.

Nas escolas deve haver a necessidade de profissionais qualificados ao ponto que haja atitudes favoráveis à boa aprendizagem, elaborando e organizando recursos pedagógicos, possibilitando a plena participação do aluno, dessa forma espera-se que o mesmo possa aprender junto com os demais.

Enfocamos a aprendizagem escolar a partir da importância de enfatizar, não as políticas de inclusão em primeiro plano, mas as condições e oportunidades que, na escola permitem aos sujeitos superarem obstáculos pessoais, subjetivos, relacionais e sociais no seu processo de aprender. São sujeitos que deveriam ser pensados nas muitas possibilidades que têm para aprender e se desenvolver e, assim, também, para participar da vida social de forma mais efetiva. (Martínez, 2011, p.9).

A inclusão escolar faz com que as escolas passem por processos de mudanças no qual venha apresentar algumas características, tais como: favorecendo os alunos com NEE, tendo como objetivo possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte, a inclusão desses alunos está consagrada a fatos, documentos legais, no qual garante mudanças de postura no âmbito educacional.

Neste sentido, a cidadania que se elabora na escola não é, por sua vez, qualquer uma. Pois é especificamente aquela que sabe fundar-se em conhecimento, primeiro para educar o conhecimento, e, segundo, para estabelecer com competência inequívoca uma sociedade ética, mais equitativa e solidária. (Demo, 2005, p. 07).

Tão somente quando a sociedade perceber essa questão com um novo olhar e se mobilizar de forma que não haja práticas segregacionistas, assim os discentes poderão realmente estão inseridos em uma sociedade que diversas vezes rotula as pessoas pelo que acham que são. A aceitação de ideias novas é difícil porque “não depende apenas da lógica, depende, também de um conjunto de fatores políticos, administrativos e emocionais intrincadamente interdependentes” (Pereira, 2001).

1.2 Limites e desafios na inclusão

Neste contexto sobre os limites e desafios a diversidade e a equidade começam a se destacar na área educacional, possibilitando indagações com enfoque ao acesso e permanência na escola como forma de inclusão social.

Para haver mudanças é preciso que existam práticas inclusivas atendendo às necessidades individuais de cada aluno, de acordo com a LBI (2015, p. 34), Art. 28. Incube ao poder público, assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; tendo em vista que as escolas estão estruturadas para trabalhar a homogeneidade e não com a diversidade.

Vale ressaltar que os alunos vêm com um conhecimento de sua realidade que não deve ser desconsiderado, sendo que a educação inclusiva é a valorização do novo e suas ideias, mesmo dentro de seus limites e enfrentando desafios, isso o diferencia ainda mais como um ser contribuinte para o crescimento da sociedade.

Os limites e desafios não são somente dos alunos e sim de professores que enfrentam dificuldades e que muitas vezes julgam-se incapazes de gerenciar situações em sala, a falta de materiais adequados que servem como apoio ao professor, entre outras razões, fazem com que os mesmos tenham inúmeras dificuldades. De acordo com a ótica de Perraudeau (2006, p. 22),

No âmbito da educação escolar, o papel de transmissor de saber pode ser desempenhado não apenas pelo professor, mas também por outro meio, nomeadamente um livro, um computador ou um ficheiro de correção automática.

Sabemos que o professor enfrenta dificuldades e que são poucas as escolas com estruturas adequadas para atender essa clientela, no entanto, muitas vezes vêm indagações sobre que atitude tomar em determinado desafio, como alfabetizar a pessoa com deficiência, se há necessidade de se ter mais pessoas qualificadas, etc, que demonstram a necessidade de articular devidamente a interação com o meio de modo a haver aprendizagem, de um ponto de vista construtivista.

É necessário rever uma série de fatores ou obstáculos, além da política ou práticas pedagógicas, pois os limites e desafios da inclusão dão-se também pela dificuldade de programas educacionais que podem viabilizar o processo desde que este beneficie adequadamente os alunos com necessidades educativas especiais. O ideal de progresso contínuo presente na racionalização dos processos econômicos é apresentado como possível para a educação através da racionalização de seus procedimentos pedagógicos (Lima, 2012).

A educação inclusiva não significa negar as limitações do discente e sim vê-las com diversidade, cada aluno apresenta uma necessidade específica, esses “desafios” representam oportunidade para as fronteiras que são invisíveis com base nas competências e capacidades do aluno. Para Orrú (2017, p. 61), “a inclusão coexiste em ambos os espaços e sempre faz sua travessia nas entrelinhas, nas fronteiras. Ela não se encontra em um território específico de sua propriedade. Ela é a própria linha de fuga”.

O desafio é avançar dentro do seu próprio território, tornando-o transformador, valorizando a diversidade e favorecendo a aprendizagem, seja ela formal ou informal, pois ainda há muitos desafios a enfrentar, tendo em vista que a inclusão educacional precisa melhorar a aprendizagem para os alunos, o que se realiza através de experiências e esforços.

1.3 Educação inclusiva na atualidade

Para o processo de desenvolvimento humano a aprendizagem é de suma importância, muito embora o processo de inclusão seja fundamental para que os alunos de necessidades especiais sejam recebidos em escolas regulares, onde os mesmos são capazes de aprender com o meio no qual interagem.

Não se pode esquecer que o social é fator determinante para o desenvolvimento humano, onde se trabalha a maturação e a aprendizagem. Barbosa (2005, p. 30) conceitua que,

O processo de aprendizagem passa pela dinâmica da transmissão da cultura e esta transmissão se processa pela educação, entendida aqui, no seu conceito mais amplo, pois é comum limitarmos a educação somente aos fenômenos que se processam no interior dos estabelecimentos de ensino.

Dessa forma vemos que a educação está inserida em vários meios ou lugares, e que a inclusão nos dias atuais não deve ser diferente, deve-se permitir que o discente se sinta parte integrante da comunidade em que vive, onde o mesmo possa ver sua individualidade e particularidade valorizada de forma que suas condições lhe propiciem o sucesso.

Quando nos deparamos com a educação na atualidade, percebemos o povo em seus diferentes contextos e classes sociais (por exemplo, a implementação de uma escola para alunos com NEE é um processo demorado, já que as escolas regulares muitas vezes não estão preparadas para receberem alunos com características e necessidades específicas).

Apesar da existência de leis que regem sobre o tema, a Educação Inclusiva ainda está em desenvolvimento, sendo um grande desafio alcançar

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

esse objetivo de forma eficaz em prol da sociedade, constituindo-se como um movimento político, educacional e social, que garante o direito aos portadores com necessidades educacionais especiais de serem aceitos e respeitados sem discriminação.

A respeito da forma dos alunos serem aceitos e as escolas não estarem preparadas para que haja essa mudança, cabe uma reformulação no Projeto Político Pedagógico, tais responsabilidades, os artigos 14 e 15 da LDB apresentam as seguintes determinações:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Percebe-se que a educação inclusiva ainda está passando por um processo contínuo de construção e desenvolvimento rumo a um objetivo, uma vez que mesmo havendo leis que amparam esses alunos para o convívio em sociedade, os mesmos ainda sofrem discriminação, obstáculos e falta de acessibilidade para deslocação. Pode haver diferentes modos de integração escolar, na qual é desejado que o aluno possa participar de todas as atividades atribuídas nas escolas, não importando o grau de dificuldade do mesmo. Desta forma, trabalha-se a integração trazendo benefícios e o convívio social.

Essa condição é exemplificada na seguinte forma. Cabe lembrar que toda pessoa tem um poder de influência sobre o contexto de que faz parte, exercendo-o , independentemente da sua consciência desse fato e da direção e intenção de sua atividade. No entanto, a falta de consciência dessa interferência resulta em uma falta de consciência do poder de participação que tem, do que deccorem resultados negativos para a organização social e para as próprias pessoas que constituem o ambiente escolar. (Lück, 2005, p. 19).

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

A educação inclusiva tem ganho mais espaço pelo fato da legislação ter adotado leis propondo que escolas ou estabelecimentos se adequem para um ambiente receptivo aos mesmos, atualmente muitas escolas estão recebendo crianças com NEE, oferecendo atendimento especializado com o intuito que todos desenvolvam da melhor forma o aprendizado.

Aceitar a diferença do outro, combatendo o *bullying*, oferecendo aos docentes formação qualificada para atender os estudantes, entre outros aspectos, têm vindo a capacitar os professores para trabalhar o conteúdo adaptado, elencando estratégias de um ensino diferenciado com qualidade. A escola inclusiva deve aceitar e trabalhar seu aluno, independente do desenvolvimento emocional, físico, cognitivo e/ou psíquico, a família torna-se imprescindível para que o aluno consiga atingir os objetivos para o seu desenvolvimento tanto físico, quanto no processo de ensino aprendizagem. Por sua vez, Veiga (2006, p. 164) ressalta:

Entender a escola supõe entender as cabeças dos que fazem no dia-a-dia, isto é, as mais recônditas razões que os movem. Qual o imaginário individual e grupal dos alunos? Quais as expectativas dos pais? E as dos professores? O que significa a escola na cultura em que se insere? Que aprendizagens sociais acham-se pressupostas nas intenções dos que criam a escola da escola?.

A inclusão faz-se necessário em todo e qualquer âmbito, seja ele escolar ou não, quebrando barreiras ou tabús, para esses alunos é necessário uma prática educacional mais específica para ampliar suas capacidades. Com base na Constituição Brasileira (1988), Art.208. III, “É dever do Estado atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Há que ressaltar que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) reconhece que ainda falta a qualificação dos professores, conforme Art. 59. III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores no ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns. No entanto, cada escola deve perceber seu aluno como importante, mesmo que existam falhas no sistema escolar.

1.4 Avaliação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais

O papel do profissional frente a aprendizagem e o processo de avaliação escolar para aluno com NEE tem até em muitos momentos esperado por respostas, tais ex: tais como os métodos mais adequados de avaliação para o aluno com essas características, que ferramentas deve o professor usar, que elementos estão presentes em relação à avaliação e/ou se a avaliação aprova ou reprova o aluno.

A avaliação precisa ter um olhar sobre o educando como um ser social, um cidadão em busca de sua cidadania, dessa forma deve ser conveniente que ultrapasse o espaço escolar. Vivemos em uma sociedade de resultados, sejam eles positivos ou negativos, ressalto que o foco aqui é como avaliar um aluno com limitações, tendo em vista que o processo de inclusão ocorre em todos os momentos, e a avaliação não deve ser vista como um processo de restrição ao aluno e sim considerar suas singularidades com a finalidade de possibilitar a inclusão. Conforme a perspectiva de Hoffmann (2018, p.34),

Numa perspectiva construtivista da avaliação, a questão da qualidade do ensino deve ser analisada em termos dos objetivos efetivamente perseguidos no sentido do desenvolvimento máximo possível dos alunos, de uma aprendizagem no seu sentido amplo, alcançado por eles a partir das oportunidades que o meio lhes oferece.

O processo de ensino-aprendizagem visa avaliar o aluno através da nota e não levando em conta o conhecimento empírico de suas bases cognitivas. Já que não existe uma educação única e sim uma “educação difusa em todos os lugares entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender” (Brandão, 2006, p.10).

O docente deve avaliar através de um planejamento educativo levando em conta as possibilidades do conhecimento coletivo, dessa forma a avaliação esclarecerá os aspectos cognitivos, afetivos e sociais, tais conhecimentos devem ser oferecidos na perspectiva da educação inclusiva.

A avaliação inclusiva não deve ser vista como forma de punição, mas um meio criativo de intervenção na aprendizagem dos alunos, além disso, a inclusão

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

dos alunos com NEE deve promover o desenvolvimento social para que o mesmo exerça sua cidadania plena. Ramos (2016, p. 107) ressalta que,

Além dessas posturas filosóficas e práticas, é preciso que organizem critérios de avaliação que não sejam tão rígidas a ponto de ultrapassar a subjetividade, nem tão soltos que não se possa usá-los como base. O regimento da escola deve trazer claramente os critérios utilizados e as situações às quais se aplicam.

A escola deve estar aberta para atender a diversidade de forma ética e com qualidade, com o propósito de analisar o aluno dentro de suas plenitudes, pois a avaliação deve despertar o interesse dos educandos, bem como as habilidades existentes que poderão ser aperfeiçoadas.

2. O Pedagogo no processo de inclusão escolar

O pedagogo ao vivenciar a realidade do processo de inclusão escolar no seu cotidiano, sente-se muitas vezes incapaz e despreparado para enfrentar ou realizar sua tarefa, diante disto torna-se necessário investigar novos conceitos e proporcionar respostas educativas para trabalhar de acordo com a necessidade de cada aluno, demonstrando e estimulando efeitos positivos. (Loureiro e Klein, 2013) as ações inclusivas ampliam-se não apenas para os sujeitos com deficiências, mas operam sobre todos os sujeitos, e não mais exclusivamente sobre um grupo específico dele. Loureiro e Klein acreditam que,

[...] escola da modernidade precisa ser entendida a partir da maquinaria escolar, que teve na disciplina a possibilidade de produção de um tipo específico de sujeito e que continua ainda hoje se reinventando para constituir-se como uma maquinaria de produção de subjetividades para nosso tempo. (2013, p. 220)

É possível compreender que a sociedade passou a exigir cada vez mais que o profissional tenha uma nova visão e que trabalhe as competências e exigências essas no qual possam redefinir a prática pedagógica do pedagogo para que o mesmo atue num contexto de mudanças e seja um agente reflexivo e crítico perante a nova realidade social. Nesse sentido (Boggino, 2016) esclarece que, o conceito de necessidades educativas especiais tem permitido

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

ampliar as fronteiras da educação especial, assim como também fundamentar as novas formas de intervenção na escola comum.

Com base no novo conceito das necessidades educativas especiais, é importante que haja a reflexão e a interação entre os profissionais da educação, dessa forma haverá uma transformação educativa para atender às novas exigências e às especificidades ocorridas na esfera social, que requer uma redefinição do papel da educação, mesmo com obstáculos que impedem o desenvolvimento no âmbito escolar. Como afirmam Padilha e Oliveira (2013), se a escola não reconhece suas especificidades, o que acontece é o não atendimento a suas necessidades educativas.

O pedagogo torna-se um pesquisador de sua própria ação, pois se depara com a teoria e necessita da prática para o desenvolvimento de seu trabalho, assim busca estratégias que sejam embasadas nos saberes pedagógicos, o mesmo deve subsidiar as práticas educativas realizadas na escola através da construção de uma proposta pedagógica com base no currículo não como uma proposição acabada. Cunha (2018) afirma que não devemos ver o currículo tão somente como um instrumento do formalismo tampouco como resultado de ações improvisadas. Contudo esse processo educativo deve valorizar todos os intervenientes na escola.

O trabalho pedagógico na escola exige uma articulação do profissional com os diferentes profissionais que trabalham na escola e até mesmo com os familiares dos alunos, ou seja, o mesmo está inserido na realidade educacional da instituição e na realidade dos alunos, dessa forma o profissional deve dispor de elementos que facilitem diagnosticar, analisar os desafios que surgem na escola. Segundo Davis (2002), é preciso lembrar que o cotidiano escolar possui situações conflitantes que se repetem e demandam decisões diariamente.

2.1 Os desafios enfrentados pelo pedagogo

O pedagogo exige uma formação específica, mesmo que seja capaz de atuar no ambiente escolar e enfrentar os desafios que a sociedade impõe, em todos os níveis educacionais. Um dos desafios é compreender as multiplicidades dos alunos que se apresentam nas escolas.

Mesmo com muitos desafios que os discentes apresentam na atualidade, a responsabilidade do pedagogo diante tais situações torna-se maior, na medida em que resolver essa problemática de forma a possibilitar a vivência em comunidade e a respeitar a diversidade existente na sociedade contemporânea.

O compromisso com a sociedade e as transformações fazem com que o profissional possa ver no ambiente escolar um ponto de partida para a inserção dos alunos com NEE e dos seus anseios, que comportam limites e desafios que os mesmos deverão enfrentar, levando em consideração que vivemos interligados por diversas culturas e que algumas apresentam medidas implantadas no sistema educativo. Assim, afirmam Martins et al. (2017, p. 20):

O multiculturalismo nasce assim imbricado nessas lutas e, ao longo das décadas, vem se constituindo em proposta pedagógica, disciplina curricular e área de pesquisa. Essa transformação ocorre devido à emergência de grupos segregados e à iniciativa de professores e estudantes questionadores da estrutura social injusta e do monopólio do saber existente no sistema educacional como um todo.

O contexto exige uma compreensão das práticas educativas, ressaltando que o ambiente educacional vem sofrendo forte pressão, de forma que o pedagogo deve compreender as necessidades dos alunos e suas limitações, valorizando suas diferenças e o adequando ao ambiente escolar de forma que venha contribuir para o desenvolvimento de sua identidade.

O desafio do profissional consiste em que os docentes e os discentes possam vê-lo como uma parte integrante na escola, onde o mesmo obtém um grande leque de ações, demandas essas no qual se referem ao ensino e aprendizagem, avaliações metodológicas para serem trabalhadas de acordo

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

com as condições socioeconômicas dos alunos. E mesmo assim ainda há alguns educadores que ainda não consegue ver o pedagogo como um aliado.

Libâneo (2010, p.142) reflete sobre o papel do pedagogo:

O pedagogo assume a tarefa de orientar a prática educativa de modos conscientes, intencionais, sistemáticos, para finalidades sociais e políticas cunhadas a partir de interesses concretos no seio da prática social, ou seja, de acordo com exigências concretas postas à humanização num determinado contexto histórico social. Junto a isso formula e desenvolve condições metodológicas e organizativas para viabilizar a atividade educativa nos âmbitos da escola e extra escola.

Ao enfrentar as divergências no âmbito escolar e desenvolver ações pedagógicas, o profissional deve manter-se com postura capaz de tomar decisões e atitudes firmes perante o trabalho, ir à busca de recursos, soluções para o melhor desenvolvimento e aprimoramento dos desafios em suas atividades.

Diante as diversas funções que o pedagogo muitas vezes submete-se dentro da escola, dessa forma dificultam a efetivação de sua prática com esmero, assim suas ações não podem ser promissoras de modo que sua prática no cotidiano escolar não tenha êxito. Este de certa forma passa por diversidade que impede na sua atuação.

Os obstáculos que muitas vezes o profissional enfrenta é o despreparo e insatisfação em sua prática, tendo em vista que o papel do pedagogo é de grande importância na sociedade atual dentro da escola Túlio (2017) define que esse sentido, a atuação do pedagogo na escola precisa estar fundamentada em um método que lhe dê suporte e embasamento teórico para sua prática pedagógica e para a produção do conhecimento pedagógico.

O pedagogo é um profissional que pode produzir e defender o conhecimento no âmbito escolar dentro de sua função ligada à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes. Tendo em vista que o mesmo deve pensar em sua prática como um processo de formação constante,

dessa forma apresenta melhorias em suas ações e funções para atender os desafios que surgem possibilitando mudanças.

Faz-se necessário que conheça saberes para que sua ação pedagógica esteja dentro do contexto, para dar sustentação ao seu trabalho. Há arte na ação do pedagogo e do docente, mas é necessário transformá-la em atos científicos (Túlio, 2017). São de suma importância os saberes para o profissional, dado que o mesmo desempenha suas tarefas diárias de forma a que venha a alcançar seus objetivos e com foco nos alunos que precisam de suporte educacional.

2.2 A contribuição do pedagogo no sistema de inclusão

No cotidiano nos deparamos com situações que são manifestadas com frequência, problemas que em certos casos profissionais leigos nos assuntos não sabem administrar, docentes com necessidades educativas especiais que requer uma assessoria adequada, esses alunos entram nas escolas e continuam excluídos no processo de ensino-aprendizagem e social, causando frustrações e dificultando a proposta de inclusão.

Diante disso a contribuição do pedagogo é importante para esse processo, onde exige esforço possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente acolhedor e que a construção de ensino favoreça os docentes em suas vidas escolares, a construção de conhecimento passa a beneficiar ao aluno dando oportunidades para o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades. Loureiro afirma (2017, p. 33).

Assim, por partilhar da ideia de que a escola, nas suas mais variadas possibilidades, organizações e propostas, devem preservar ou, talvez, reinventar um elemento básico que marca e que também a diferencia socialmente de outros espaços e posições: a condução pedagógica.

Isso exige que o pedagogo busque mudanças para favorecer o processo de inclusão no sistema de ensino, será necessário rever uma série de barreiras no caminho que dificultam tais mudanças, no qual possam beneficiar os

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

discentes, o uso de metodologias flexíveis, usadas em sala de aula pelo professor pode assessorá-lo para resolução de problemas no cotidiano, dessa forma venham surgir ideias e desafios para novas situações. Sobre a contribuição desse profissional, Franco (2008, p. 110) esclarece que:

O pedagogo será aquele profissional capaz de mediar teoria pedagógica e práxis educativa e deverá estar comprometido com a construção de um projeto político voltado à emancipação dos sujeitos da práxis na busca de novas e significativas relações sociais desejadas pelos sujeitos.

A contribuição do pedagogo visa à construção e a reconstrução de histórias individuais e coletivas, isso se torna importante para que haja uma diversificação nos conteúdos e aulas práticas para alunos com NEE, favorecendo assim a convivência entre professor e aluno, dando qualidade ao conhecimento e não somente a quantidade.

Certamente que deve haver a valorização do profissional no sistema de inclusão, priorizando as questões pedagógicas para a melhoria da aprendizagem do ensino ao aluno especial, diante disto iremos resgatar aspectos relevantes que influenciaram o papel do pedagogo a partir das leis de diretrizes e bases da educação nacional, LDB 9394/96, onde enfatiza a formação do orientador conforme artigo abaixo:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;

Todavia o pedagogo está apto para atender as funções que lhe são atribuídas para organização do trabalho escolar, e passa a ter uma relação entre o ensinar e o aprender com o intuito de novos horizontes diante uma sociedade que ainda não está na sua totalidade de portas abertas favorecendo a construção do processo de inclusão escolar.

2.3 Ferramentas necessárias no processo de inclusão

Dentro do processo de inclusão é necessário o uso de ferramentas adequadas para proporcionar planejamento e efetividade, diante disso ainda existem famílias que não sabem lidar com a situação de ter um integrante da família com necessidades educativas especiais, no qual acham que é dever da escola a educação e o aprendizado.

De acordo com a Lei da Inclusão, existe o Plano de Ensino Individualizado conhecido como (PEI), trata-se de um currículo adaptado com a finalidade de traçar metas de suma importância no processo do desenvolvimento do aluno.

Infelizmente ainda são poucas escolas interessadas em confeccionar o PEI, no qual têm materiais, metodologia, conteúdos e avaliação, de forma adaptada para atender esses alunos proporcionando o máximo acesso a inclusão. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) que ampara a necessidade do currículo adaptado (2003, p.35) afirma:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

Os alunos com necessidades educativas especiais precisam de um atendimento individualizado, seja de escola pública ou particular, para poderem acompanhar os demais alunos. As necessidades são diversas e muitas escolas não tem profissionais especializados como Terapeuta, Psicólogo, Psicopedagogo, Fonoaudiólogo os quais são muito importantes, pois facilitarão o aprendizado do discente. Nesse sentido, Arantes (2006, p.58) considera:

Os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

“especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos.

É fundamental que todos da equipe pedagógica tenham conhecimento do PEI, onde aborda diferentes habilidades para serem trabalhadas independentes das necessidades dos alunos, onde necessitarão de uma avaliação diagnóstica, plano de ensino e metodologias diferenciadas.

O uso de ferramentas necessárias no processo de inclusão facilitará a assimilação dos conteúdos e objetivos propostos no currículo, ou seja, quando o aluno faz acompanhamento com profissionais especializados, o mesmo desenvolve autonomia e independência de acordo com suas necessidades.

Cabe à família solicitar da escola ou junto aos órgãos competentes esse atendimento, postulado pela LBI de 2015, em seu artigo 28, parágrafo XVII, pois é direito de toda criança a “oferta de profissionais de apoio escolar”. A família tem um papel importantíssimo na construção desse saber na escola, onde deverão ser parceiros juntos nas atividades escolares e monitorar o desenvolvimento do aluno, principalmente de alunos que necessitam de medicamentos, pois é dever dos familiares acompanhá-los aos atendimentos médico.

Para que a inclusão aconteça nas escolas e democratizar a educação serão necessário iniciativas e ações como a mudanças do projeto político pedagógico no qual Mantoan argumenta que (2003, p. 35):

A reorganização das escolas depende de um encadeamento de ações que estão centradas no projeto político-pedagógico. Esse projeto, que já se chamou de “plano de curso” e de outros nomes parecidos, é uma ferramenta de vital importância para que as diretrizes gerais da escola sejam traçadas com realismo e responsabilidade.

O projeto político pedagógico parte da demanda e necessidade da escola, onde aborda pontos positivos e negativos, define prioridades de atuação, com metas e responsáveis para coordená-las, deve conter participação do corpo docente e comunidade no qual a escola dispõe.

2.4 O pedagogo como agente de transformação social

O pedagogo deve ser entendido como um ser social e necessário ao atendimento educacional, nas escolas há casos de alunos com necessidades particulares que precisam do olhar desse profissional devidamente preparado para medir saberes sócio cognitivo.

O pedagogo tem se caracterizado como um especialista onde sua presença tem sido cada vez mais contundente dentro dos âmbitos escolares, isso mostra que o mesmo está apto a planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar, ou seja, toda sua prática pedagógica deve estar de acordo com seus objetivos de organização juntamente com sua formação e aprendizagem. De acordo com a perspectiva de Rodrigues (2012, p.93):

As opções pedagógicas deverão ser várias dentro de uma mesma ação. Só assim consegue criar diferentes momentos num processo formativo que interessem, mobilizem e impliquem os formandos. Elas deverão ser tantas quantas as necessárias para se alcançarem os resultados pretendidos e previamente definidas na formulação dos objetivos pedagógicos.

A experiência e a prática do pedagogo como agente de transformação social sejam indispensáveis ao exercício da função dentro do cenário para fazer a socialização, sensibilização e organização de aprendizagem. Para Libâneo (2010, p. 144):

A identidade profissional do pedagogo caracteriza-se como um conjunto de valores, conhecimentos, atitudes e habilidades necessárias para conduzir o processo de ensino e aprendizagem nas escolas, da organização do trabalho pedagógico, de mediação na formação continuada do professor e estar atento à complexa relação entre a escola e a sociedade.

Esse profissional atua em várias instâncias da prática educativa, agindo em espaços para a conversa, de sua atuação, no entanto em muitos casos sofre dificuldades de intervir de maneira significativa ou satisfatória, por muitas vezes atuar em setores que não condiz com o seu, fazendo com que haja empecilhos até mesmo em seu local de trabalho.

Para obter sucesso em seu trabalho deve manter o foco na investigação e analisar as contradições que permeiam sua prática, dessa forma desvela a dicotomia existente entre a teoria e a prática, e até que ponto essa falta de relação impossibilita o fazer do pedagogo no cotidiano escolar.

É importante ressaltar que a reflexão sobre suas ações diárias é essencial para a efetuação de seu trabalho na escola dentro de uma perspectiva transformadora, a investigação reflete sobre as relações da capacidade na organização pedagógica, onde a incumbência é de fazer a interação entre a teoria e a prática. A LDB lei 9394/96 coloca que:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

O pedagogo tem a função de mediar, incentivar, estimular o aluno para uma educação continuada para garantia de um futuro melhor, o profissional pode atuar nos espaços educacionais formais e não formais, entende claramente suas competências e habilidades que deverão ser desenvolvidas dentro dos diferentes locais a que vier atuar.

3. Conflitos e sua gestão no processo de inclusão escolar

Conviver em sociedade pressupõe a criação e o cumprimento de regras, onde possibilitar o diálogo, a participação e a troca entre diferentes membros de grupos sociais, é essencial para qualquer escola. A escola precisa de normas e regras para o seu funcionamento, o âmbito escolar é percorrido por um movimento ambíguo: de um lado ações e leis que precisam ser determinadas e cumpridas e do outros grupos que estabelecem dinâmicas e interações, rupturas, sentimentos, opiniões e trocas de ideias. Tulio (2017) [...] compreende

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

que os fenômenos não são totalmente autônomos, nem totalmente dependentes, mas interdependentes. Não há nada isolado, tudo está interrelacionado.

Neste sentido pode-se dizer que ocorre uma fusão marcada inúmeras vezes pelo conflito, assim a consciência humana busca continuamente seus limites. Freire (2011, p. 11) conceitua,

Não é a consciência vazia do mundo que se dinamiza, nem o mundo é simples projeção do movimento que a constitui como consciência humana. A consciência é consciência do mundo: o mundo e a consciência, juntos, como consciência do mundo, constituem-se dialeticamente num mesmo movimento – numa mesma história. Em outros termos: objetivar o mundo é historicizá-lo, humanizá-lo. Então, o mundo da consciência não é criação, mas sem, elaboração humana. Esse mundo não se constitui na contemplação, mas no trabalho.

O conflito está destinado a conceitos desconexos, nesse caso é desenvolvendo a resiliência e aprendendo com o outro e com a diversidade que o mundo apresenta que deve-se aceitar as diferenças e as opiniões divergentes, “o confronto com os outros, consigo mesmo e com a mudança tem, também, um papel essencial na formação e no desempenho do educador, pois o convoca a um repensar e reposicionar sua consciência de sincronicidade” (Placco, 2006).

Um conceito concreto da dificuldade que temos ao lidar com o conflito é a incapacidade de identificar as circunstâncias que se originam nas escolas ou no cotidiano, só percebemos quando este produz manifestações, o conflito pode ser inevitável e não se devem suprimir seus motivos, até porque ele possui ou traz vantagens ou benefícios percebidos por aqueles que veem nele algo a ser evitado. Cardoso (2015) refere que não deixamos de considerar que o conflito é, ao longo da história, reflexo e contingência da diversidade humana, de pensamentos e de grupos sociais e que graças a inúmeros processos logo de embate, pode-se chegar a importantes avanços sociais.

Diante das situações o mediador tem um papel importante, considerando-se como um conjunto de valores morais, tais como a ética, pois tem a responsabilidade de quem assume um papel social nas inter-relações com todos na escola, dessa forma Mesquita e Roldão (2017, p. 75) deixam claro que, “a

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

ética arroga um papel decisivo quando associada ao desempenho profissional e, obviamente, a todos os processos de formação de um indivíduo”, logo os princípios do ser humano o orienta para suas vivências sociais.

A gestão no processo de inclusão nas escolas pode causar conflitos de forma que desafios irão surgir, pois os alunos precisam de suportes do envolvimento, seriedade e responsabilidade por todos no âmbito escolar. Assim, Martins et al (2011, p. 17) contribuem para.

No entanto, principalmente nas últimas décadas, a instituição escolar vem sendo desafiada a conseguir uma forma equilibrada que resulte numa resposta educativa comum e diversificada, isto é, que seja capaz de proporcionar uma cultura comum a todos os educandos sob sua responsabilidade, mas que ao mesmo tempo respeite as suas especificidades e necessidades individuais.

De forma gradativa, as escolas vão se aperfeiçoando ao processo de inclusão no ensino, os profissionais da instituição vão contribuindo para mudanças, hoje não basta inserir o educando na escola é de suma importância que existam políticas inclusivas, tais como: adaptar as escolas; capacitar os professores; propiciar o envolvimento do corpo docente; possibilitar aos alunos como parte integrante do ambiente, recursos físicos e materiais adaptados de qualidade, enfim na construção de uma sociedade que respeite a dignidade e as diferenças humanas. Mantoan (2011) afirma que se trata de uma construção tecida em meio a um processo de desenvolvimento de talentos, que tem, na educação, a perspectiva de realização.

3.1 Ações da escola diante à inclusão

É um grande desafio administrar uma escola onde nela estudam alunos com NEE, pois é dever garantir o direito de aprendizagem a todos de igual forma, dentro das habilidades conforme a sua necessidade.

A inclusão escolar é garantida por lei aos alunos com base na LDB e outras legislações brasileira, no entanto deve ser compreendida como um direito enquanto cidadão, sendo assim a escola deve trabalhar ações que favoreça a

autonomia e o desenvolvimento cognitivo dos discentes. Com base no assunto, Martins confirma:

a escola deve ser a instituição que determina os valores e os padrões de uma sociedade, ou seja, é projetada para desenvolver hábitos de pensamento e de ação necessários e desejados pela sociedade. O trabalho da escola deve também visar à manutenção da solidariedade social, com base no desenvolvimento do senso social do educando e no compromisso com sua maneira de viver do modo como a sociedade é entendida. A escola é a instituição pela qual é transmitida a herança social e, ao mesmo tempo, é responsável pelo desenvolvimento de novos conhecimentos. (Martins, 2010, p.123)

Trabalhar de acordo com as especialidades de cada aluno é uma forma de aprender com cada um deles, não com olhar de pena, mas conhecendo-o em sua totalidade, obtendo a compreensão de suas dificuldades dentro de seu contexto.

O corpo docente da escola precisa estar envolvido a ações que venham favorecer a inclusão, saber lidar com cada aluno, pois possuem diagnósticos diferentes, a instituição deve aperfeiçoar as práticas dos professores com formação mais assertiva com a aprendizagem desses estudantes.

Deve haver uma integração efetiva entre os profissionais da escola para com os alunos com NEE, faz-se necessário para o desenvolvimento de um trabalho satisfatório, cabe ao professor fazer um plano específico para cada aluno.

O uso de recursos tecnológicos ou sala multifuncional desperta o interesse e ajuda nas atividades de inclusão, incentivando ao uso de programas educativos auxilia na parte cognitiva. Conforme a Resolução CNE/CEB nº 4, de julho de 2010, onde define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCN).

Art. 29. A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar.

§ 2º Os sistemas e as escolas devem criar condições para que o professor da classe comum possa explorar as potencialidades de todos

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva e, na interface, o professor do AEE deve identificar habilidades e necessidades dos estudantes, organizar e orientar sobre os serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade para a participação e aprendizagem dos estudantes.

É importante que as ações que ocorrem na escola tenham a parceria com a família dos alunos que é o ponto chave para a construção do processo, é com o apoio dos familiares que o discente passa a atuar nas práticas escolares, dessa forma começa a interagir com o meio no qual está estudando e desenvolvendo suas habilidades. O importante aqui é ensinar a reconhecê-los e a reconhecer a força que podem ter (Marconi et al, 2016). Os alunos vivenciam essa força diariamente, a vontade em almejar algo os leva fazer, mesmo que pareça difícil.

A escola tem muitas funções, uma delas é a realização de tarefas que podem parecer difíceis, mas que são necessárias não somente para formar profissionais para o mercado de trabalho (saber-fazer), mas seres humanos que ajam com sobriedade (saber-ser) e com felicidade (saber-estar). É preciso, ainda, considerar que a atuação do educando na sociedade acontece também no aspecto profissional, e, para equipá-lo com conhecimentos e habilidades, a escola deve preparar-se, o que não é nada fácil (Martins, 2010).

Nas escolas inclusivas todos se igualam pelas suas diferenças, ninguém se identifica aos padrões tidos normais, o que deve ocorrer é a necessidade de atuação e desenvolvimento de novos conceitos nos seres humanos e as práticas pedagógicas equivalente com a inclusão.

Podem ser feitas essas mudanças nas escolas, cabe aos profissionais conduzir e utilizar o que consideram mais útil e do melhor modo para se trabalhar com foco nos objetivos e resultados satisfatórios sem ter medo do novo.

3.2 Os conflitos como vantagem no processo da aprendizagem

Em muitos casos os processos de mudanças causam conflitos de diferentes naturezas, isso ocorre conforme as características dos envolvidos, pois o que convém para um não pode ser favorável para o outro, implicando em opiniões divergentes dentro do contexto de cada assunto abordado, no qual pode haver mudanças favorecendo a organização da comunidade escolar dentro do âmbito escolar.

O conflito pode ser visto como uma forma de renovação do funcionamento de uma escola ou até mesmo de funcionários que ali trabalham durante muitos anos no qual ainda estão agindo conforme a educação bancária, onde o aluno nada sabe e o professor é o sujeito do conhecimento. Segundo Valente (2018), as definições de conflitos são abundantes e diversas, umas mais amplas e inclusivas do que outras, mas todas são unânimes em colocar o indivíduo social no centro desta problemática.

Uma das vantagens no processo de aprendizagem é quando os pais veem na escola uma nova maneira de estudo para o aluno, muitas das vezes a instituição precisa de uma identidade própria com situações radicais para que tenha um estímulo e a partir daí mudanças.

As mudanças geram conflitos com as ideias existentes, sendo assim cabe aos gestores e aos docentes criarem novas ações para serem trabalhadas com os alunos de necessidades especiais, e respeitar as diferenças é ampliar o conhecimento de mundo.

É possível que o corpo docente veja os conflitos como um sinônimo de problemas, ou seja, opiniões diferentes requerem atitudes cautelosas para serem trabalhadas na prática com os alunos. Como referido por Cunha e Monteiro (2018, p.1) relatam que:

No contexto educativo, utilizam-se frequentemente os conceitos de conflitos, violência e indisciplina como equivalentes, todavia, não o são.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

A utilização destes conceitos como análogos decorre como uma conceção clássica do conflito que considerava existência de conflitos como algo prejudicial e, portanto, determinava estratégias organizacionais tendentes ao seu evitamento ou supressão, anulando, assim, as possíveis vantagens da situação conflitual.

Aprender a lidar com os conflitos escolares de forma positiva é importante para o crescimento da convivência nos ambientes escolares, o não fazer e ter uma ideia diferente não quer dizer que o docente esteja descumprindo as regras ou normas da instituição, afinal isso pode até incomodar, pois cada ser percebe o mundo de uma forma única.

As vantagens dos conflitos nas escolas são quando os vemos de forma positiva e não negativa, quanto maior a diversidade de opiniões, mas incômodo causará, afinal parecer diferente abre portas para as mudanças e são essas “portas” que o estudante precisa encontrar para a construção de um bom relacionamento no ambiente de estudo de modo que o professor seja visto como um mediador aonde venha ajudar a resolver as advergências de forma branda.

Neste contexto, Valente (2018) diz: é importante gerir o conflito de modo construtivo, dentro de determinados limites, para que o mesmo resulte autocrítico e criativo, passando também por atender à fase no qual o mesmo se encontra. Contudo deve haver um conhecimento profundo do pedagogo para que possa mediar e orientar os docentes, dessa forma estreitar a relação com a comunidade escolar, cultivando um trabalho colaborativo para uma educação de qualidade.

É importante trabalhar com os estudantes em sala a criação de normas para a solução de conflitos, isso fará que tenham mais responsabilidades e amadurecimento mesmo sabendo que nas turmas tenham alunos com necessidades educativas especiais, é um meio de envolvê-los com os demais, sabendo que eles têm a necessidade de se sentirem parte de algo.

O docente deve deixar claro para suas turmas que nem todo conflito ou divergência é resolvido tão facilmente, é necessário o envolvimento das partes

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

relacionadas, dessa forma os estudantes podem desenvolver o respeito e a responsabilidade com o outro. Cardoso enfatiza que:

Esse processo de racionalização das interações humanas tem traído a possibilidades de serem vislumbradas, de maneira integrada, novas tensões, práticas e pensamentos coletivos no sentido de conduzir ao desenvolvimento humano social a partir da convivência e da interação com o outro (2015, p. 135).

Saber trabalhar com os conflitos nas escolas é um desafio no mundo escolar atual, a cada dia estão ocorrendo mudanças que requer exigências educacionais no qual não tem como as escolas continuarem com métodos retrógrados, as novas tecnologias estão revolucionando a forma de ensinar e aprender.

Para que a escola possa obter êxito diante os conflitos é primordial que aja uma relação de confiança entre alunos e professores da mesma forma corpo docente e comunidade escolar, nem todos os conflitos são iguais, diferem na sua intensidade, na qualidade e tem especificidades próprias que os distinguem, embora tenham estruturalmente a mesma dinâmica (Cunha & Leitão, 2016), a fim de estabelecer um equilíbrio e onde a relação seja permeada por diálogos.

3.3 Gestão de conflitos no âmbito educacional

A gestão de conflitos dentro do âmbito educacional requer a organização do corpo docente para poderem administrar esses conflitos que surgem no cotidiano com frequência, muitos deles podem ter origem de fontes externas e não tão somente dentro do ambiente escolar. Guedes (2017, p. 22) afirma:

Conforme alguns estudiosos, um dos grandes motivadores à ocorrência de conflitos é a desigualdade social observada nos padrões de convívio humano, pois, apesar de as bases legais preverem igualdade de condições de vida para todos os cidadãos brasileiros, as políticas públicas não conseguem atender essas demandas.

Tanto o profissional como o aluno trazem uma carga de natureza social e individual com diferenças de interesses, desejos e comportamentos no qual varia

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

entre cada ser, é primordial que haja uma qualificação ou treinamento dentro das organizações escolares, para que todos exerçam suas funções com o objetivo de reduzir o máximo de situações conflituosas, certo que o âmbito educacional deve ser visto como um lugar importante de função formativa na vida dos alunos.

É necessário adotar modelos ou formas de como trabalhar a existência de conflitos com os discentes, ocorrem muitos problemas em ambientes escolares quando não há um método eficaz adequado para a resolução das situações, cabe aos docentes passarem os problemas para os gestores irem a busca de resolvê-los. Nas palavras de Cunha e Leitão (2016, p. 22):

Compreender a própria natureza das situações conflituais conduz a afirmar que a classificação final positiva ou negativa de um conflito nem sempre se revela nitidamente, já que a análise dos motivos que o propiciaram, a dinâmica de acontecimentos que gerou as soluções a que se chegou são contempláveis a partir de visões particulares não coincidentes, dado fundamentarem-se em opiniões, crenças e/ou valores frequentemente desiguais.

É preciso a compreensão do corpo docente das escolas de modo que possam aproveitar as vantagens dos conflitos e que os seus efeitos desfavoráveis sejam diminuídos ou anulados, vale ressaltar e deixar claro que os conflitos sejam diferentes de problemas, de acordo com o dicionário informal: Conflitos- oposição de interesses, sentimentos, ideia; Problema- é uma dificuldade na obtenção de um determinado objetivo.

No que diz respeito ao conflito no qual não pode ser apenas positivo, mas possa existir algum tipo negativo onde é absolutamente necessário para a eficácia da organização da escola, onde as melhorias de forma geral possam trazer um modelo de ensino com qualidade para os alunos. Valente (2018, p. 137) menciona que:

A escola considerada um lócus propício do surgimento de conflitos, é um espaço onde diariamente se movimenta uma população muito diversa, que interage forçosamente de forma permanente, seja na sala de aula, no recreio, nos corredores, na cantina e outros espaços.

O conflito no âmbito educacional é tudo aquilo que está subjacente a falta de diálogo como relatos: os professores utilizam metodologias de ensino que muitas são contestadas pelos pais; as desmotivações perante a escola por parte dos alunos ou professores levam a conflitos, tais situações terminam de forma não respeitada por não aceitarem a opinião do outro.

Nos últimos tempos o tema conflito tem sido uma problemática que cada vez mais afeta o sistema educativo e que produz algumas consequências no meio escolar, intermediar os conflitos existentes não é uma tarefa fácil, mas cabe à instituição escolar pôr regras, rotinas, disciplina, respeito e não somente prevenir, mas agir de forma a não negligenciar e menosprezar o conflito. Davis (et. al. 2002) “é preciso envolver os alunos na definição das regras de condutas e dos direitos e deveres que regularão o cotidiano da sala de aula.”

3.4 A mediação como método educativo no processo de inclusão

A mediação surge como um instrumento de solução para administrar os conflitos e mediar situações que consiste em contribuir para a organização das escolas, bem como auxiliar no processo de aprendizagem dos alunos, relacionando-se em valores como a tolerância e o respeito ao próximo com suas diferenças ou particularidades.

Contornar as dificuldades logo que surgem é a forma de evitar maiores problemas e desenvolver com êxito as atividades no campo educacional, a mediação deve ser vista como uma forma de oferecer aos cidadãos a participação ativa nas resoluções de conflitos, resultando no crescimento de sentimentos de responsabilidade e cidadania sobre os problemas vivenciados.

O mediador deve agir preventivamente, mantendo a calma para que tranquilize situações ou desentendimento caso já esteja em andamento, conduzindo assim de forma justa e isento de parcialidade e estabelecendo as bases para um diálogo saudável entre os alunos que estão em meio a um conflito, trabalhar as habilidades sócio emocionais com eles é uma forma de

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

identificar e reconhecer as emoções, tanto próprias como dos outros no qual é uma ferramenta valiosa para apoiar a mediação.

Dando ênfase às palavras de Placco e Souza (2010):

“a impossibilidade de o coordenador fazer a mediação dos diversos processos que se encadeiam na escola constitui-se como mais um elemento dificultador da implementação de relações e práticas de melhor qualidade” na escola, “podendo ser também, uma das causas da aparente falta de avanço dos processos de ensino e aprendizagem. Ou seja, falta mediação nas escolas.”

A busca para soluções de conflitos nas escolas fazem com que a mediação torne-se flexível e pode ser adaptada às necessidades específicas conforme o contexto do problema, levando em conta a natureza dos conflitos e o seu objetivo, onde a mediação é uma ferramenta para melhorar a convivência no ambiente e na comunidade escolar. Afirmam Martins (et. al. 2011) que tais ferramentas desenvolvem também, ações pedagógicas de conscientização sobre a necessidade da inclusão social e escolar e apontam indicadores de mudanças no espaço escolar.

A escola deve ser vista pelos alunos como um local que possibilita a socialização, o papel do educador e do pedagogo são importante caso haja a necessidade de um trabalho de tutoria e um cuidado para com os discentes, para que os conflitos sejam resolvidos da melhor maneira possível.

Quando a escola e família caminham juntas os conflitos se tornam parte de um processo de crescimento e aceitação do outro, dessa forma o aluno consegue visualizar parte de um grande mundo no qual está inserido. Na ótica de Cunha e Monteiro (2018, p. 108),

A mediação constitui um procedimento não adversarial que visa encontrar condições que sustentem uma confrontação construtiva do conflito e cujo resultado seja um crescimento ou transformação individual ou coletiva. Neste sentido, a mediação contribui diretamente para a construção da paz entre possíveis litigantes.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

Portanto, busca-se a mediação como forma de obter uma solução para um ambiente descontraído e produtivo, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes, dando valor aos sentimentos e as necessidades do outro, uma vez que as pessoas procuram em conjunto soluções satisfatórias para ambas as partes.

II- ESTUDO EMPÍRICO

O presente trabalho visa investigar como o pedagogo deve trabalhar na escola para atender as necessidades dos alunos especiais, e de que forma deve orientar o professor a ministração dos conteúdos em sala para que todos os discentes possam entender e que métodos utilizar para a melhoria das relações entre os docentes e discentes em sala de aula.

Neste sentido, a investigação é um modo de cooperar ativamente no trabalho do professor e na aprendizagem dos alunos com NEE's, desta forma conclui-se ser necessário que o pedagogo tenha conhecimento profundo do fazer docente para mediar e orientar o trabalho dos professores, estreitar a relação com os responsáveis dos alunos, cultivando um trabalho colaborativo que contribua para uma educação de qualidade.

1. População alvo e participantes no estudo

Os participantes desta investigação são um conjunto de pedagogos de escolas diferentes que trabalham com inclusão e os responsáveis de alunos do Ensino Fundamental e Médio. Sendo amostra aplicada através de entrevistas direto com os participantes, a pesquisa foi explicada e deixando ao entrevistado a vontade caso quisesse desistir e todos participaram de forma voluntária.

O total de participantes da pesquisa foram de 10 pessoas, sendo 5 pedagogos que trabalham com inclusão e 5 responsáveis por aluno com necessidades especiais. Considerando que a pesquisa ocorreu através de 2 questionários de entrevistas, cada um com perguntas específicas para cada grupo, desta forma os resultados teve opiniões tanto dos profissionais da área quanto dos responsáveis pelos alunos, assim a pesquisa de campo teve embasamento empírico conforme a realidade de cada situação.

As questões de investigação relacionadas nas atividades aconteceu em 2 campos distintos, o primeiro com os pedagogos que trabalham diretamente com

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

os alunos nas escolas, que por sua vez muitos professores não sabem trabalhar de forma lúdica com esses alunos, cabe ao pedagogo desenvolver estratégias para o rendimento educacional dos discentes. O outro grupo são os responsáveis dos alunos que conhecem o desejo de seus filhos em frequentarem uma escola e assim interagir com outros colegas tanto em sala quanto nos corredores, sem sofrer preconceitos.

Duas realidades distintas mas que podem fazer uma grande mudança na vida desses discentes, no caso específico da Educação Inclusiva, a entrevista permite que os participantes possam expressar suas convicções, seus valores e crenças a respeito dos princípios da mesma, delimitando os desafios e as perspectivas das práticas pedagógicas, além das necessidades inerentes à formação de professores.

2. Perfil da Instituição onde se desenvolveu a pesquisa

O estudo ocorreu em uma escola pública localizada no município de Manaus/ Amazonas, Brasil. A instituição foi criada em 15 de março de 2010, através do Decreto Lei nº 29.720, com os segmentos do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e Ensino Médio.

Atualmente atende 64 turmas, perfazendo o total de 2.325 alunos, com 85 professores, no total 139 profissionais vinculados às Secretaria Estadual de Educação e Secretaria de Segurança Pública, através da Polícia Militar do Amazonas.

As ações educativas da escola são norteadas pelas Diretrizes Curriculares, bem como por princípios que primem pelos ideais de solidariedade e igualdade de condições para ensinar e aprender. Dessa forma, objetiva-se alcançar o equilíbrio na formação daqueles que, no futuro, regerão e participarão dos destinos da nossa sociedade.

3. Problemática

3.1 Definição da problemática

Há alguns anos nas escolas surge um fator preocupante - a forma como os alunos com NEE's chegam nas escolas públicas sem receberem apoio devido, sendo que muitos professores não sabem trabalhar a inclusão em sala de aula. Dessa forma, os alunos não recebem a atenção devida, sofrendo situações de “*bullying*” por parte de outros colegas, proporcionando ao aluno constrangimento e até mesmo se tornando agressivo para se defender.

Constantes reclamações dos pais dos alunos com NEE's e dos responsáveis dos alunos ditos “normais”, no entanto o desespero dos professores por não saberem trabalhar tais conflitos em sala de aula e como lecionar e avaliar esse aluno, que estratégias a escola deve adotar para que todos venham ter um convívio tranquilo.

Cabe ao pedagogo usar meios ou formas adequadas para que os alunos com NEE's não sofram ou passem situações desagradáveis na escola, adotar comportamentos diante dos conflitos e provocar mudanças, sejam elas através das avaliações adequadas, aulas através de imagem ou figuras, conversas ou palestras na escola tanto com os alunos ou corpo docente sobre a “inclusão escolar”, e formas de comportamentos de como tratar o outro e respeitar o espaço de cada um. Como se expressa Pitluk (2019, p. 13):

A aprendizagem é possível de forma enriquecedora apenas se desenvolve partir de um trabalho respeitoso e conjunto, os saberes necessários, as investigações pertinentes e as decisões são iguais, portanto as estratégias e resoluções são particulares, pensadas em suas peculiaridades, sustentadas no tempos necessários para debater, articular e consensuar o possível.

A partir dessa problemática o pedagogo se mostra inquieto com questões não resolvidas na escola, assuntos que muitas vezes o aluno com NEE's teria menos dificuldades em se adaptar ao meio em que está inserido e que poderiam quebrar as barreiras resolvendo os conflitos.

3.2 Objetivos do estudo

Objetivos Gerais

Identificar estratégias que impliquem no processo de inclusão e que respeitem as características de cada discente.

Entender possíveis lacunas existentes no desenvolvimento e contribuir para o seu aperfeiçoamento, dando suporte aos alunos com necessidades especiais e suas particularidades para que venham a se sentir acolhidos.

Objetivos Específicos

Avaliar o processo de aprendizagem e não apenas o resultado do que foi aprendido.

Investigar se a contribuição dos pedagogos pode consolidar e promover os alunos diante os limites e desafios no processo de inclusão.

Compreender como o uso de ferramentas e estratégias diferenciadas podem trazer benefícios e exercer uma influência positiva nos alunos.

3.3 Questões de investigação

A partir da identificação do problema, faz-se necessário aplicação da entrevista aos participantes que serão um grupo de pedagogos e familiares dos alunos com NEE's no qual se deparam a cada dia com novos desafios.

Aos familiares averiguar sobre as dificuldades do aluno em fazer tarefas, se entende o conteúdo ministrado em sala, se o professor leva em consideração a resposta empírica, se demonstra interesse pelos estudos, se consegue trabalhar em grupos, dentre essas e outras perguntas que foi feito para os responsáveis que vão validar a investigação em campo.

Aos pedagogos como os mesmos podem contribuir para efetivamente consolidar e promover aos alunos com NEE's em sua atuação na escola, quais as expectativas o pedagogo diante os limites e desafios no processo de inclusão escolar?, como deve ser utilizadas as ferramentas necessárias para que os alunos com NEE's possam ser avaliados?

4. Justificativa do paradigma adotado

O presente trabalho investiga a inclusão e as perspectivas do pedagogo no âmbito escolar. Mesmo sob grandes desafios, o profissional sofre inquietação em seu local de trabalho, o não saber direcionar situações ou resolver conflitos de forma que atenda a necessidade do aluno e auxiliar o professor com metodologias inovadoras para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico promissor, da mesma forma compreender o uso das ferramentas necessárias para melhor desenvolver sua prática.

O desempenho do pedagogo possibilita a execução de práticas inovadoras para atender as necessidades dos alunos especiais, criando um ambiente voltado para inovações na ministração dos conteúdos, no qual os professores podem utilizar métodos transformadores na hora de ensinar.

4.1 Método de investigação

O método utilizado para o desenvolvimento do presente estudo foi o qualitativo, com recurso à entrevista semiestruturada e em profundidade como técnica de recolha de dados sobre fatores que influenciem os alunos de forma adequada no processo de ensino. A construção do conhecimento individual e o respeito aos educandos ajudará a resgatar o papel de cidadão que, por necessidades especiais em sua trajetória, deixou ou não foi incluído em ambientes escolares, onde não tinha um vínculo social. Segundo Orrú (2017, p. 42),

Problematizar os problemas vai além da busca imediatista de soluções claras e objetivas tal como ocorre nos pressupostos do cartesianismo. Problematizar os problemas é buscar modos de criar, de inventar o novo a partir do próprio problema, sem a ilusão e o desespero de “dar” a solução e pôr fim às discussões ou angústias.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

Fazer acontecer a inclusão é reinventar o novo, com base de todos e para todos, dessa forma não é um faz de conta que o problema desaparece, e sim uma realidade que precisa ser vista nos espaços de aprendizagem.

O método descritivo possibilita ao pesquisador um desempenho que venha a ultrapassar suas barreiras, sendo necessário que o investigador vá além da mera descrição, buscando um desenvolvimento melhor sobre o questionamento existente do assunto. Este resultado demonstra-se nas palavras de Echevarría (2011, p. 26)

Sim, a pesquisa qualitativa tem uma certa mística e um encanto muito especial, isto se deve à sua incrível capacidade para nos ajudar a compreender a alma humana, só possível pelo trabalho paciente, a imaginação metodológica, conhecimento ou paciência.

A natureza deste trabalho suscita a escolha do método qualitativo que está relacionado à realidade humana. Desse modo, realizar entrevista, a observação e analisar o comportamento dos participantes no ambiente no qual vivenciam a questão ou problema estudado são subsídios necessários para entender o sujeito da investigação, mesmo que o investigador possa se deparar com a expressão da subjetividade. De acordo com Creswell (2010, p. 206),

A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Embora os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagem, têm singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação.

A coleta de informações através da conversa feita direta com os participantes fez com que o pedagogo aprenda maneiras de se trabalhar e formas de como lidar com alunos especiais, pois cada um tem suas particularidades ou até mesmo necessidades e, ao se deparar com situações adversas, saber conduzir da melhor forma possível essas situações.

4.2 Etapas e desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa construtivista abrangue a leitura, análise e interpretação de livros de acordo com o tema pesquisado, faz-se necessário compreender a proposta da pesquisa no qual deve está embasada e fundamentada juntamente

a aspectos referentes ao processo de ensino e aprendizagem da inclusão escolar. A questão da inclusão é muito mais ampla, e seu valor está em romper com esses paradigmas fundadores que levaram à crença de que todas as crianças devem passar da mesma forma pela escola, aprender a mesma coisa e ao mesmo tempo (Milmann, 2008).

Cada pessoa deve ser tratada de acordo com suas necessidades e particularidades, sendo assim o mesmo terá uma visão mais próxima de suas limitações e poderá propor metas e objetivos que suponha alcançar.

4.3 Entrevistas semi-estruturadas

A técnica de investigação utilizada foi a entrevista semi-estruturada, em profundidade e de questões abertas. Foram concebidos especificamente para a presente pesquisa dois guíões de entrevistas (ver Anexos I e II).

O Guião I, que contém 19 questões, foi concebido e aplicado aos responsáveis dos alunos. As suas perguntas versam sobre: as dificuldades para o aluno fazer a tarefa; concentração em sala; se entende o conteúdo; coordenação motora; comportamento; intervenção pedagógica; autonomia no trabalho; técnicas de avaliação adequadas; apoio dos familiares; solucionar conflitos, dentre outros.

Por sua vez, o Guião II, que é composto por 21 questões, foi construído e aplicado aos pedagogos. As questões deste guião abrangem os conflitos e inquietações que os profissionais enfrentam no seu local de trabalho.

A relação dialógica entre o entrevistador e o entrevistado é um dos aspectos importantes para o desenvolvimento da entrevista, nas palavras de Manzini:

A partir de um roteiro com perguntas bem elaboradas, a possibilidade de acertar as intervenções pode aumentar. Um roteiro bem elaborado não significa que o entrevistador deva tornar-se refém das perguntas elaboradas antecipadamente à coleta, principalmente porque uma das características da entrevista semi-estruturada é a possibilidade de fazer outras perguntas na tentativa de compreender a informação que está sendo dada ou mesmo a possibilidade de indagar sobre questões

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

momentâneas à entrevista, que parecem ter relevância para aquilo que está sendo estudado. (2004, p. 6)

As perguntas foram criadas com base nos objetivos para garantir que não existisse qualquer interferência por parte da investigadora quando os entrevistados fossem responder, por isso cada entrevista foi feita de forma individual com cada participante com o intuito de manter sigilo dos dados coletados e para que não houvessem troca de respostas entre os mesmos.

4.4 Procedimento de Pesquisa

Após a obtenção da autorização da Comissão de Ética da Plataforma Brasil, (Anexo III) deu-se início ao projeto de investigação, utilizando para o efeito um instrumento concebido especificamente pela investigadora para a pesquisa recorrendo à técnica da entrevista semiestruturada, de modo presencial, cujo guião (1 e 2) é apresentado em anexo.

Nesse sentido, foi solicitada a permissão à direção da escola (Anexo IV) para aplicação da entrevista, autorizações dos pais, entrevista com profissionais da área para participarem da pesquisa direcionada ao tema proposto. O pesquisador teve sempre presente os princípios éticos obedecendo a exigências tais como confidencialidade, consentimento informado dos participantes, segurança (emocional) e reciprocidade (retorno).

Finalizado este processo os participantes foram escolhidos através de uma amostra de conveniência, ou seja, mediante a rede de relações da investigadora de forma a facilitar a participação dos profissionais de Pedagogia e se conseguir chegar a um maior número de participantes. Foi solicitado a cada um dos Pedagogos e Familiares dos alunos com NEE's a autorização para poder usar a informação recolhida durante a entrevista através da assinatura do consentimento informado (Anexos V e VI). Tivemos sempre presente a Resolução 466/2012 CNS, sobre os aspectos éticos e o processo de consentimento livre e esclarecido para pesquisa envolvendo seres Humanos (Anexo VII).

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

Para informar e resguardar os participantes na investigação foi devidamente explicado o objetivo da investigação, inclusivamente clarificado a cada um dos participantes que na sua participação foi garantido anonimato e confidencialidade. A recolha de dados foi realizada num contexto que permite ao participante ponderar as suas respostas e garantir que as mesmas não sejam ouvidas por outras pessoas para além do investigador que recolheu os dados. Aos participantes foi ainda garantido que todas as entrevistas serão destruídas após a conclusão da investigação.

4.5 Pesquisa bibliográfica

Segundo Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica está bem distinta em sua técnica:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

A pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de literaturas de acordo com o tema pesquisado em livros, periódicos, textos legais, documentos xerocopiados, manuscritos etc. Todo material recolhido deve ser submetido a uma triagem, a partir da qual é possível estabelecer um plano de leitura. Trata-se de uma leitura atenta e sistemática. A pesquisa bibliográfica se faz necessária por compreender entre várias outras vantagens, a de trazer uma gama maior de fenômenos na área pesquisada em questão, assim a bibliografia de livros indicados poderá delimitar consideravelmente o foco da pesquisa.

O objetivo desta leitura é verificar mais atentamente as obras que contêm informações úteis para o trabalho. Fazendo uma interpretação mais sucinta dos títulos de acordo com o tema elaborado com análise mais qualitativa do conteúdo.

Deste modo o conceito de inclusão educativa se define que a escola deve se adequar ao aluno, respeitando seus objetivos, valores, métodos e espaços.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

Nessa perspectiva a escola se desenvolve de forma a acolher e reconhecer as diferenças, onde não mais exista a separação de educação regular e educação especial trabalhando a equidade onde todos têm os mesmos direitos com necessidades individuais diferentes, para uma inserção social plena.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) promulgou novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), contextualizando como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/ 2010.

Parágrafo único. Os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços.

Art. 42 O atendimento educacional especializado aos alunos da Educação Especial será promovido e expandido com o apoio dos órgãos competentes. Ele não substitui a escolarização, mas contribui para ampliar o acesso ao currículo, ao proporcionar independência aos educandos para a realização de tarefas e favorecer a sua autonomia (conforme Decreto nº 6.571/2008, Parecer CNE/CEB nº 13/2009 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009)

Conforme os processos sociais, culturais e educacionais, a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no Projeto Político Pedagógico (PPP) de todas as escolas.

Cabe ao pedagogo e ao corpo docente demandar ações didático-pedagógico especiais, para a necessidade de inclusão social desses alunos e sua inserção produtivas na sociedade, a partir de uma inclusão educativa, tendo o trabalho de repensar e construir uma escola para todos. Dessa forma.

Quando falamos de inclusão educativa e campo de significados e sentidos que se abre é amplo e pode incluir diferentes modos de posicionamento face a esta proposta. Por este motivo, é preciso definir que ao falar de inclusão educativa não referimos ao desafio de pensar em uma escola em que todos possam aprender e da qual se sintam parte.

A inclusão, pensada nestes termos, requer uma posição ética cujo ponto de partida é o de reconhecer a igualdade dos direitos de cada ser

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

humano e da profunda aceitação dos seus direitos. (Lerman, 2019, p. 63)

A equidade para Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é possibilidade de inclusão escolar e garantir a oportunidade para todos, no qual estabelece conhecimentos, competências e habilidades, onde todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Desta forma no que rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9394/96.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

Para que os estudantes possam ter uma educação de qualidade deve haver o trabalho em conjunto e a integração da escola com os familiares dos alunos, orientados pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam a formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

4.6 Pesquisa de Campo

Durante todo processo da pesquisa de campo o foco será na perspectiva do pedagogo diante a inclusão escolar com alunos do ensino fundamental II, ensino médio, familiares e a ação do profissional pedagógico para trabalhar os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender, no qual se remete apenas nos alunos com alguma necessidade.

Todavia, Gil confirma.

Já o estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa. (2008, p. 57)

Os benefícios da pesquisa de campo apontam para resultados significativos, contudo os entrevistados e suas experiências vividas ao longo de

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

suas trajetórias favorecem a obtenção de respostas à questão de partida deste trabalho. A medida que foram sendo coletadas as informações relativas ao objeto da investigação, o material de análise se tornou cada vez mais denso, eventualmente esclarecendo as dúvidas que foram surgindo.

III. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Fazendo uma análise dos dados obtidos o pesquisador buscará possíveis explicações e respostas às suas indagações (implícitas nos discursos ou documentos), para estabelecer relações necessárias dos dados obtidos e das hipóteses, obtendo assim a causa e o efeito sobre o tema estudado. Isso irá exigir constante retomada às anotações de campo e o auxílio das literaturas juntamente com a coleta de dados adicionais, pois a análise de dados não deve estar ligada somente a leituras e sim é uma técnica de ruptura que precisa de conteúdos analisados em campo. A afirmação de Bardin (2016, p. 28) que,

(...) apelar para esses instrumentos de investigação laboriosa é situar-se ao lado daqueles que querem dizer não à transparência dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente tornar-se desconfiado relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo (...), rejeitar a tentação da sociologia ingênua, que acredita poder aprender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projeção da sua própria subjetividade.

Ao investigar a realidade do pedagogo perante os alunos, é importante trazer clareza às seguintes questões: Quais as expectativas do pedagogo diante os limites e desafios no processo de inclusão escolar? Quais as ferramentas necessárias no processo de inclusão? Como os alunos com NEE's devem ser avaliados? Quais os conflitos mais comuns na educação inclusiva? Como são resolvidos?

Estudar as formas como o pedagogo deverá trabalhar estes alunos com necessidades especiais no ambiente escolar de forma direta para coleta de dados e desempenhar seu papel para a interpretação de fenômenos que por sua vez possam ocorrer nesse ambiente. A humildade de escutar atentamente e de não dar receitas, mas discutir possibilidades (Saraiva, 2011). Com isso o compromisso é para a mudança que esperamos.

Fazer o registro e observar no ambiente real na medida em que forem ocorrendo espontaneamente. Podemos dizer que estar no local onde o evento ocorre corresponde à melhor ocasião para registro. Isso reduz as tendências

seletivas e as deturpações que podem ocasionalmente surgir. Saraiva (2011) afirma que a construção da identidade não está ligada somente a concepções teóricas e práticas, mas também ao aspecto afetivo, social e cultural como possibilidade de compreensão do mundo e leitura dos indivíduos sociais que fazem parte do contexto em que o profissional atua.

Os dados obtidos nas entrevistas demonstram a veracidade das respostas, onde os responsáveis dos alunos não quiseram fazer perguntas fora do contexto do assunto, no demais ficaram confiantes ao responder às questões.

1.Resultados provenientes da aplicação do Guião de Entrevista 1

Seguidamente apresentamos os resultado da aplicação do guião de entrevista destinado aos responsáveis dos alunos com NEE's. As perguntas foram discursivas, cabendo ao entrevistado responder somente sim ou não, ou caso desejasse com respostas abertas, dentre os 5 participantes somente 4 participantes responderam as questões e o outro participante não quis mais fazer, pois desistiu.

Foram usados códigos como R, que não permitem qualquer identificação do entrevistado e garantem o seu anonimato.

Guião de Entrevista 1

1 – O aluno tem dificuldades para fazer as tarefas?

R1- Sim, principalmente nas interpretações.

R2- Sim

R3- Não

R4-Sim

2 – Distrai-se com estímulos externos?

R1-Facilmente.

R2- Não

R3- Não, distrai com os pensamentos.

R4-Não

3 – Consegue prestar atenção na aplicação do conteúdo?

R1-Só em curtos períodos.

R2-Sim

R3-Sim

R4-Sim

4 – Esquece facilmente das atividades do cotidiano?

R1-Sim, frequentemente.

R2-Não

R3-Sim

R4-Não

5 – Fica andando pela sala de aula na hora das aulas?

R1-Sim.

R2-Não

R3-Não

R4-Não

6 – Fala em excesso?

R1-Em algumas situações sim, em outras não.

R2-Não

R3-Não

R4-Não

7 – Interrompe a conversa do outro?

R1-Sim

R2-Não

R3-Não

R4-Não

8 – O aluno sente-se motivado ao ir para escola?

R1-Sim, muito.

R2-Sim

R3-Não

R4-Sim

9 – O Professor leva em consideração a resposta do aluno?

R1-Alguns sim, outros não.

R2-Sim

R3-Sim

R4-Sim

10 – O aluno ouve com atenção as explicações dos professores?

R1-Não, tem dificuldades na concentração

R2-Sim

R3-Sim

R4-Sim

11 – Demonstra interesse pelos estudos?

R1-Em algumas áreas.

R2-Sim

R3-Sim

R4-Sim

12 – Escreve de forma que se possa ler, ainda que não ortograficamente?

R1-Sim, *caligrafia ruim, porém, com poucos erros.*

R2-Sim

R3-Sim

R4-Sim

13 – Tem coordenação motora fina ou grossa?

R1-Grossa

R2-Sim

R3-Fina

R4-Sim

14 – Demonstra interesse em desenvolver atividades em grupo?

R1-Sim

R2-Sim

R3-Não

R4-Sim

15 – Ouve bem e cumpre as ordens determinadas pelos professores?

R1-Ouve bem, *porém desconcentra rápido.*

R2-Não

R3-Sim

R4-Não

16 – O aluno tapa os ouvidos ou se queixa onde há sons muito altos no ambiente?

R1-Sim

R2-Não

R3-Não

R4-Não

17 – Solicita ajuda em situações necessárias?

R1-Sim.

R2-Sim

R3-Não

R4-Sim

18 – O aluno demonstra mudança de comportamento em situações adversas?

R1-Sim, *em situações de stress ele da um branco, não sabe o que fazer.*

R2-Não

R3-Sim

R4-Não

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

19 – O aluno consegue ficar sentado apoiando as costas no encosto da cadeira durante os tempos de aula?

R1-Consegue, mas não o tempo integral.

R2-Sim

R3-Sim

R4-Sim

Complementando os dados acima, percebe-se que as respostas dos responsáveis são diferentes, as perguntas que obtiveram respostas idênticas ou similares foram as de número 3, 6, 9, 11, 12, 19 (Consegue prestar atenção na aplicação do conteúdo?; Fala em excesso?; O Professor leva em consideração a resposta do aluno?; Demonstra interesse pelos estudos?; Escreve de forma que se possa ler, ainda que não ortograficamente?; O aluno consegue ficar sentado apoiando as costas no encosto da cadeira durante os tempos de aula?). Tais perguntas falam sobre concentração, interesse, caligrafia, desta forma não se pode exigir do aluno com NEE's que tenha o mesmo comportamento, desenvolvimento, rendimento que os restantes colegas de classe. Desse modo, compete ao professor trabalhar de forma diferenciada com esses alunos com o uso de ferramentas adequadas, com o apoio da escola e dos familiares.

Libâneo afirma que para um novo ensino onde atenda à todos é necessário novas atitudes dos docentes

O que está em questão, portanto, é uma formação que ajude o aluno a transforma-se num sujeito pensante, de modo que aprenda a utilizar seu potencial de pensamento por meio de meios cognitivos de construção e reconstrução de conceitos, habilidades, atitudes, valores. Trata-se de investir numa combinação bem-sucedida da assimilação consciente e ativa desses conteúdos com o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas pelos alunos visando à formação de estruturas próprias de pensamento, ou seja, instrumentos conceituais de apreensão dos objetos de conhecimento, mediante a condução pedagógica do professor que disporá de práticas de ensino intencionais e sistemáticas de promover o “ensinar a aprender a pensar”. (2011, p.31)

Cada aluno tem uma característica diferente um do outro, nesse caso tem as mesmas dificuldades em sala, os recursos tecnológicos são muitos importantes no ambiente escolar, no caso as tecnologias assistivas que pode ultrapassar barreiras e criar novos paradigmas de informação. Com base na BNCC uma das competências gerais da educação básica que relata sobre o uso das tecnologias em sala de aula.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2017, p.9)

No foco na aprendizagem dos alunos o professor adotar novas estratégias para fomentar a qualidade do ensino em suas aulas, não cabe somente ao docente esse trabalho, pois o Estado deve fazer formação qualificada aos profissionais da educação para saber trabalhar com os alunos especiais em sala, não é uma tarefa fácil quando não se tem formação na área.

Não havendo experiência dos profissionais em relação à educação especial, nota-se que os mesmos ficam aflitos em sala ao se depararem com situações que não conseguem resolver. O espaço educacional deve visar buscar recursos, adaptações e modificações tanto física como temporal ou de comunicação para que a pessoa com deficiência seja incluída (Florentino & Lopes, 2020). O ambiente escolar é um local importante para todos se não tiver melhorias pode haver deficiência no aprendizado do aluno.

Os recursos de materiais pedagógicos e as práticas pedagógicas são importantes da mesma forma as tecnologias no ambiente educacional. A tecnologias são importantes na promoção da aprendizagem, porque permitem aos alunos da educação especial participar, interagir e aprender, como qualquer outra pessoa (Conte & Basegio, 2015). É importante o aluno sentir-se acolhido em sala juntamente com a turma.

No caso da pesquisa os responsáveis entrevistados dão total apoio e acompanham os alunos nas atividades escolares, da mesma forma aos eventos que acontecem na escola, isso é muito importante para a interação com os colegas. Como se vê, a cultura não é entendida como via de mão única a influenciar os membros da escola, mas como uma construção em que todos os atores participam da própria socialização e da socialização dos demais (Falsarella, 2004). Os resultados do estudo não só trouxeram informações e

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

confirmações importantes, como também abrem caminhos para novas explorações.

As perguntas que tiveram respostas diferentes são as questões de número, 2, 4, 5, 7, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 18 (O aluno tem dificuldades para fazer as tarefas?; Distrai-se com estímulos externos?; Esquece facilmente das atividades do cotidiano?; Fica andando pela sala de aula na hora das aulas?; Interrompe a conversa do outro?; O aluno sente-se motivado ao ir para escola?; O aluno ouve com atenção as explicações dos professores?; Demonstra interesse em desenvolver atividades em grupo?; Ouve bem e cumpre as ordens determinadas pelos professores?; O aluno tapa os ouvidos ou se queixa onde há sons muito altos no ambiente?; Solicita ajuda em situações necessárias?; O aluno demonstra mudança de comportamento em situações adversas?). A relação das perguntas é sobre dificuldades, distração, esquecimento, andar pela sala, interromper conversas, motivação, atenção, audição e comportamento.

Consideramos que o método utilizado se mostrou pertinente ao objetivo do estudo proposto que permite ao pesquisador informações importantes sobre a realidade de pessoas com suas particularidades, o roteiro de entrevista semi-estruturada com questões abertas permitiu que obtivesse os dados para todos os participantes, respeitando a narrativa de cada um deles, mesmo todos os alunos estudando na mesma escola, mas com situações diferentes.

A escola tem seus objetivos e por sua vez suas especificidades, o que também gera problemas peculiares que vão além dos muros. Cuidar da escola e todos os seus processos não é uma tarefa fácil, o corpo docente tem a responsabilidade e um compromisso social que não pode ser ignorado. Geralmente a jornada de trabalho é longa e com isso muitos professores tendo desgaste da vida moderna, mesmo não tendo formação continuada por parte da Secretaria de Educação, os docentes procuram fazer o possível para atender as necessidades de seus alunos. Professor é uma profissão louvável, que merece respeito e consideração pela nobre missão, de quem a exerce, de transmitir seus conhecimentos aos alunos (Lipp, 2002).

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

No início é normal o aluno sentir dificuldades em ambientes que ainda não se adaptou, na escola pesquisada há dois alunos que têm acompanhamento (um dos profissionais é Auxiliar de Vida para acompanhar o aluno que é Autista e o outro profissional é Interprete de Libras que acompanha o aluno que é surdo-mudo). Esses profissionais são solicitados pela escola através dos laudos emitidos por especialistas, é feito um ofício explicando a situação dos discentes, esses documentos são enviados à Secretaria de Educação solicitando profissionais da área para acompanhar os alunos na escola, ajudando-os no entendimento dos assuntos ministrados pelos professores.

Segundo Burchet (2018), o profissional de apoio junto ao professor regente tem papéis de destaque neste processo, estimulando a convivência e o respeito às diferenças. Conforme a responsável R1, sobre esta perspectiva [...] *onde o aluno fica andando pela sala; interrompe a conversa do outro; tem dificuldades na concentração; fica incomodado com som; situações de estresse.* Esse aluno em especial tem manifestado situações, pois não consegue interagir com os colegas. Costa conceitua que.

Assim sendo, em vez de centrar a atenção na noção do déficit ou lesão que impede ou limita o desenvolvimento, a atenção é focada nas formas como o ambiente social e cultural podem mediar relações significativas entre as pessoas com necessidades educativas especiais e o meio, de modo que elas tenham acesso ao conhecimento e à cultura. (2006, p. 235)

O processo de intervenção nesse momento é importante, pois ajuda a troca de conhecimento que estabelece relações entre os alunos, desta forma o discente com NEE pode socializar no meio do qual está inserido. De acordo com as respostas dos entrevistados na questão 9, o professor nem sempre aceita a resposta do aluno, isso pode dificultar o aprendizado, o potencial e a efetiva condição do mesmo, não havendo o processo de inclusão em sala de aula.

Ministrar aula e chamar a atenção de toda turma para o conteúdo, requer do professor uma desenvoltura em sala, seu planejamento deve estar adaptado com atividades que o auxiliam nas tarefas de sala de aula, conforme a LBI (2015) VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de

tecnologia assistiva; para que os alunos especiais possam entender os conteúdos de forma prática. A BNCC visa.

à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. (2017, p.14)

Dessa forma o aluno possa enfrentar os desafios da sociedade de forma parcial ou integral, e que as escolas possam dar o direito garantido de acesso ao currículo comum por meio de estratégias, adaptações e recursos que possibilitem a participação de todos em todas as atividades.

Embora o resultado da pesquisa feita com os responsáveis dos alunos sejam consistentes, não se pretende generalizar, mais considerar que o estudo está restrito a um contexto sócio-histórico-cultural, do qual fazem parte os participantes deste estudo. Sendo fundamentada pelo pesquisador com base aos teóricos citados.

2. Resultados provenientes da aplicação do Guião de Entrevista 2

Apresentamos de seguida os resultados das entrevistas destinadas aos pedagogos. Tal como no caso dos sujeitos que responderam ao Guião de Entrevista 1, também se procedeu á utilização de códigos como P, garantindo o anonimato do entrevistado.

Guião de Entrevista 2

1 – Na sua opinião, de que forma é preciso melhorar a intervenção pedagógica?

P1- Procurando conhecer todas as funcionalidades e necessidades do aluno.

P2- Identificando o ponto principal onde o aluno apresenta dificuldade para ajuda-lo de forma específica.

P3- Buscando mais conhecimento e embasamento teorico na área.

P4- Melhorando a divulgação das informações.

P5- Acompanhando rendimento trimestral, observando os descritores e propondo novas metodologias de ensino e avaliações.

2 – Como desenvolve a autonomia no seu trabalho?

P1- Procurando resolver os problemas e conflitos que surgem no âmbito escolar.

P2- Dispondo de técnicas pedagógicas com base metodológica para cada caso.

P3- Aplicando e adequando o conhecimento adquirido através de capacitações e de vivências relatadas por outros profissionais da área. Adequando a necessidade com a realidade de cada aluno especial.

P4- Descentralizando as funções no setor

P5- Dou apoio nos setores da escola

3 - Conhece o meio social e cultural da sua escola?

P1- Sim, o tempo de atuação auxiliam neste conhecimento.

P2- Sim

P3- Sim, colocando em prática as soluções já adquiridas e adequando a cada realidade.

P4- Não na sua totalidade.

P5-Parcialmente

4 – Desenvolve estratégias e métodos de ensino para adaptação do aluno com NEE? Cite exemplos, por favor.

P1-Sim, fazendo a integração respeitando suas peculiaridades.

P2- Sim, com atividades lúdicas para desenvolver o desempenho.

P3- Sim, solicitando auxiliares de vida, intérpretes de libras para surdos, adequando a sala de aula com protetores nas paredes e chão, ilustrando com imagens explorando as cores, música, brincadeiras, filmes utilizar abraços, ternura, estreitar laços com a família.

P4- Sim, lousa interativa e acompanhante.

P5- Sim

5 – Necessita de métodos ou técnicas de avaliação adequadas? Quais?

P1- Sim, fatores de análise as funcionalidades como também os fatores extrínsecos do NEE.

P2- Sim, observar melhor cada caso, pois cada aluno dispõe de aptidões. Isso facilita o método a ser trabalhado.

P3- Sim, Depende de cada situação para aplicação das técnicas.

P4- Sim, o acompanhante tira dúvidas do aluno com o professor.

P5- Sim, avaliações de rendimento, simulados e diagnóstico.

6 – Promove a participação dos alunos em sala de aula? De que formas?

P1- Sim, sempre interagindo com o NEE.

P2- Sim, a interação é o melhor campo de ensino.

P3- Sim, A conviência com outros alunos contribui para a interação com alunos portadores de NEE.

P4- Sempre que possível, com atividades diferenciadas.

P5- Sim

7 – Integra na aula os alunos com NEE?

P1- Sim

P2- Sim, é importante respeitar a necessidade de cada um.

P3- Sim

P4- Sim

P5- Sim

8 – Diante a um problema de conflito, procura resolver da melhor forma ou precisa de auxílio?

P1- Na maioria das vezes sim, porém solicitando ajuda quando necessário.

P2- O auxílio é sempre bem vindo.

P3- Alguns sim, caso perceba a necessidade de pedir ajuda. Certamente solicito ajuda sim.

P4- Dependendo do problema peço auxílio

P5- Procuo resolver e busco auxílio sempre que necessário.

9 – Evita confronto com os pais?

P1- Sim, sempre procurando responder as solicitações dos mesmos.

P2- O confronto é necessário, pois nem sempre podemos contar com a parceria dos pais.

P3- Sim, sempre tem que prevalecer o diálogo.

P4- O diálogo sempre predotina, para evitar os conflitos com os pais, e procura resolver da melhor forma a solução.

P5- Não tenho contato com pais, mas caso alguma demanda seja direcionada, eu procuro resolver.

10 – Perante um problema e/ou conflito usa seus conhecimentos profissionais? De que forma?

P1- Sim, as experiências anteriores e a formação profissional Pedagogia auxiliam neste processo.

P2- Sim, atuando de form,a óbvia onde a escola está sempre visando em primeiro lugar o bom desempenho do aluno.

P3- Sim, colocando em prática todos os conhecimentos adquiridos durante o caminho profissional já percorrido.

P4- Sim, geralmente na gestão de conflito com os pais, utilizando excelência no atendimento.

P5- Sim, busco a experiência vivenciada ao longo de 20 anos de serviço, além da liderança como apoio pedagógico e gestor de escola.

11 – Evita que os pais venham criar conflitos e/ou problemas na escola?

P1- Sim, buscando atender as solicitações dentro dos padrões permitidos.

P2- Sim

P3- Sim

P4- Sempre que possível.

P5- Sempre que possível

12 – Analisa conjuntamente os problemas para conseguir resolvê-los?

P1- Sim, recolhendo todas as informações internas e externas para sanar da melhora maneira possível.

P2- Sim

P3- Sim

P4- Sempre com reuniões para padronizar as tomadas de decisões.

P5- Sempre que possível

13 – Usa sua experiência para mediar os conflitos?

P1- Sim, sempre com base em experiências anteriores.

P2- Sim

P3- Certamente

P4- Sim

P5- Sim

14 – Faz somente o necessário para solucionar os conflitos com os alunos e seus familiares?

P1- Não, sempre buscando todos os mecanismos disponíveis para que possa ser resolvido.

P2- Sim

P3- Não, procuro colocar em prática conhecimentos e vivências já praticadas e abrir novas possibilidades para solucionar conflitos.

P4- Não, procuro auxiliar com todos os meios possíveis.

P5- Estamos empenhados para evitar os conflitos e sempre buscamos minimizar tais conflitos.

15 – No ambiente de trabalho faz somente o essencial?

P1- Não, sempre em buscas de novos conhecimentos, como também o aperfeiçoamento da atuação.

P2- Não, o que tiver que ser feito, será realizado de forma a somar com a melhoria do trabalho.

P3- Não

P4- Não, procuro trabalhar com empenho da melhor maneira possível.

P5- A atuação é muito ampla, pois há um distanciamento setorial.

16 – Diante os conflitos se comporta de forma profissional e não leva para o lado pessoal?

P1- Na maioria das vezes, sempre buscando separar o máximo o profissional do pessoal.

P2- Sim

P3- Procuro sempre separar o profissional do pessoal utilizando a observação e o bom senso.

P4- Sempre

P5- sim, sempre.

17 – Procura estar bem informada(o) sobre o que acontece no seu local de trabalho?

P1- Sim, sempre alerta aos acontecimentos.

P2- Sim

P3- Sim, pois o trabalho que é desenvolvido em equipe resulta em um trabalho com excelência.

P4- Procuo analisar bem os fatos antes de decidir.

P5- Sempre que possível.

18 – Como qualifica sua convivência com os pais dos alunos?

P1- A maioria sim.

P2- Sim

P3- Sim

P4- Não tenho contato, mas trato com cordialidade.

P5- Dentro do possível. Existe pouco contato.

19 – Como qualifica sua convivência com os alunos?

P1- Sim, bem satisfatória.

P2- Sim

P3- Sim

P4- Sim

P5- Dentro do possível. Existe pouco contato.

20 - Quais os conflitos mais comuns com os alunos com NEE?

P1- A incompreensão dos colegas com relação as peculiaridades do aluno com NEE.

P2- A falta de comprometimento dos pais em ajudar e acompanhar os alunos.

P3- No início a aceitação da turma, a integração do aluno com a turma.

P4- Falta de estrutura.

P5- Acompanhamento dos pais e falta de professores formados na área de alunos com NEE.

21 - De que maneira procura resolvê-los?

P1- Com conversas e orientações aos alunos.

P2- Auxiliando os pais, a não só ouvir os filhos, e sim procurar sempre a direção escolar para comparar o bom desempenho do aluno.

P3- Acolhendo-os com ternura, amor, compreensão e muita conversa.

P4- Pedindo apoio dos pais.

P5- Acionando a Secretária de Educação e buscando estratégias para sanar a falta de material humano e material pedagógico que venha auxiliar os alunos com NEE.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

O presente trabalho relata as experiências dos pedagogos e suas atuações com os alunos com NEE, no qual tem o compromisso para desenvolver seus trabalhos com satisfação com postura profissional, tratando a todos com respeito o que de fato o torna essencial para um bom desenvolvimento na aprendizagem do corpo discente.

Complementando os dados acima, percebe-se que as respostas da pergunta 1 visam que o profissional cada vez mais procura ampliar seus conhecimentos para melhorar a intervenção pedagógica, e que isso inclui os desafios contemporâneos vividos pelo professor no âmbito escolar, designadamente o uso das tecnologias como uma ferramenta de trabalho. A sua participação pode provocar mudanças dentro e fora da escola, nas dimensões sociais, políticas, ambiental e cultural nas quais atua (Costa, 2000). O pedagogo procura atender as necessidades da realidade de cada aluno dentro de suas particularidades.

De acordo com a questão 2 que trata de autonomia, esse item ajuda o profissional a desenvolver com aptidão seu trabalho com base metodológica para cada caso de acordo com a resposta do P2 conhece o meio social e cultural da escola, somente o P4 disse que conhece parcialmente e os demais (P1, P3 e P5) o conhecem na sua totalidade, pois já estão há muitos anos na escola onde trabalham.

Identificar o processo inclusivo em seu trabalho é justamente conhecer as pessoas com quem vai trabalhar, isso facilita as possibilidades e as necessidades de compreender as ações que estão sendo ofertadas pelos docentes, por isso foi escolhido fazer entrevistas com os pedagogos e os responsáveis dos alunos, afim de chegar a uma conclusão através das questões relativas e a prática docente que está sendo desenvolvida em sala de aula. “É importante que a escola respeite cada criança, com seu jeito próprio de aprender, respeitando, dessa forma, seus interesses” (Paula, 2007).

Para a escola passar por transformações significativas deve adotar estratégias, métodos e técnicas adequadas nas avaliações para assegurar e

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

garantir que todos tenham ricas experiências de aprendizagem, relevantes e de acordo com as características individuais e diferenciadas, dessa forma as respostas da questão 4, 5, 6 e 7 mostra que com um trabalho lúdico faz toda diferença na hora do aluno aprender, pois promove a participação e integração de todos. Almeida (2000, p. 107) aponta a relevância do trabalho de todos na escola:

Quanto maior a participação e o compromisso do corpo de educadores da instituição nas ações de formação, compreendendo tanto o envolvimento dos professores quanto dos demais agentes educacionais e principalmente seus coordenadores e dirigentes, e quanto maior o nível de colaboração, participação e articulação entre todos os envolvidos nas decisões sobre o currículo e a gestão desse processo de formação, maior será a possibilidade de sucesso dos projetos inovadores que a instituição se proponha a realizar e, especialmente, o projeto de integração do computador na prática pedagógica.

Ainda sobre as estratégias, métodos, técnicas e avaliações adequadas para promover a participação dos alunos em sala, Libâneo esclarece que o pedagogo:

[...] ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização de classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula (2006, p. 127).

Considerando as respostas dos pedagogos às perguntas 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, que abordam situações sobre problemas, confronto, conflitos e como resolvê-los, as mesmas foram de acordo em que todos usam seus conhecimentos e experiências vividas para auxiliar neste processo, fazendo com que a aprendizagem aconteça de forma diferenciada e significativa.

O conflito, muitas vezes, pode ser visto como um risco e uma oportunidade. Nas palavras de Cunha e Leitão (2016), “Uma visão construtivista sobre os conflitos implica que deles se tenha a concepção de que podem ser, simultaneamente, portadores de aspectos positivos e negativos, de vantagens e de desvantagens”. É um desafio no cotidiano saber lidar com tais situações, aprender a intervir nos conflitos, para favorecer o desenvolvimento da aprendizagem de valores e regras.

Diante das respostas acima, ficou claro que os participantes tratam com muita seriedade e compromisso o trabalho que desenvolve em seu local de trabalho, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades dos educandos, pois o confronto até certo ponto é importante. A esse respeito, veja-se a resposta do P2: *“o confronto é necessário, pois nem sempre podemos contar com a parceria dos pais,”* no que diz respeito com a ausência dos pais em apoiar e/ou acompanhar seus filhos nesse processo para aquisição de conhecimento.

De acordo com a questão 15, onde a pergunta é a seguinte: no ambiente de trabalho faz somente o essencial?. Todos os entrevistados referiram que se empenham da melhor maneira para a melhoria do trabalho, conforme sintetiza o P1 *“sempre em busca de novos conhecimentos, como também o aperfeiçoamento da atuação”*.

Assim, estes profissionais revelam a realidade dentro das escolas, em que por falta de pessoas da área eles acabam fazendo outros serviços para atender a necessidade dos alunos e dos docentes. O trabalho docente é uma das diversas funções que poderá ser assumida pelos pedagogos. Entende-se que o pedagógico perpassa por toda sociedade, portanto há inúmeras funções no contexto escolar e não escolar que poderão ser assumidas por esse profissional (Túlio, 2017).

As perguntas 17,18,19 são referentes à boa convivência com os pais e os alunos e sobre o que acontece no seu local de trabalho. Deste modo para desenvolver um bom trabalho certamente o contato com os pais e os alunos vem somar para as melhorias do rendimento educacional do discente. Atentemos no depoimento de alguns pedagogos ao elencarem as atividades: P3 *“sim, pois o trabalho que é desenvolvido em equipe resulta em um trabalho com excelência”*; P4 *“procuro analisar bem os fatos antes de decidir”*. Segundo Tulio (2015), a identidade profissional do pedagogo constitui-se da tessitura entre as dimensões epistemológica, profissional e relacional.

Todavia, saber o que acontece em seu local de trabalho mostra que o pedagogo está atuante e somando para os acontecimentos, e isso resulta em um trabalho de excelência, onde requer desenvolvimento profissional. Davis et al (2002) afirmam que é preciso que todos funcionem como uma orquestra: afinados em torno de uma partitura e regidos pela batuta de um maestro que aponta como cada um entra para obter um resultado harmônico.

Os conflitos mais comuns com os alunos com NEE de acordo com as respostas à pergunta 20 são: P1 *“a incompreensão dos colegas com relação as peculiaridades do aluno NEE”*; P2 *“a falta de comportamento dos pais em ajudar e acompanhar os alunos”*; P3 *“no início a aceitação da turma, a integração do aluno com a turma, entre outros”*; P4 *“falta de estrutura”*; P5 *“acompanhamento dos pais e falta de professores formado na área”*. Os pedagogos espelham uma realidade vivida no cotidiano de cada um, desta forma os conflitos apontam para uma necessidade que possa estar ligada as dimensões social e cultural.

A maneira como os pedagogos procuram resolver os conflitos (pergunta 21), é a forma como demonstra seu trabalho na prática, afirmam os profissionais: *auxiliar os pais para acompanhar os filhos; orientar os alunos; buscando estratégias para sanar a falta de material humano, falta de material pedagógico; acolhendo com ternura e muita conversa*. O pedagogo necessita refletir sobre o contexto que envolve a escola, a demanda de atividades que requer práticas educativas condizentes com as demandas da atualidade.

Todas as respostas foram pesquisadas para o entendimento da atual situação das escolas onde os pedagogos trabalham, nas quais estes procuram reconhecer as diferenças existentes entre os alunos, somando cada vez mais rever suas práticas pedagógicas, buscando ensinar ao corpo docente e aos pais dos alunos, tornando a escola um espaço de aprendizagem e inclusivo. Carvalho (2010, p. 101) argumenta que.

O espaço educacional escolar será inclusivo, não apenas pela presença física dos sujeitos, como os estudantes; muito menos se sua intencionalidade educativa estiver centrada no rendimento, conteúdo curricular, ou em atividades de aprendizagem que não consideram as diferenças individuais porque assumem uma abordagem homogeneizadora. A proposta inclusiva diz respeito a uma escola de

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

qualidade para todos, uma escola que não segregue, não rotule e não “expulse” estudantes com “problemas”, uma escola que frequente, sem adiamentos, a grave questão do fracasso escolar e que atenda à diversidade de características de seus estudantes.

Um espaço onde todos são bem-vindos, o aluno é o sujeito do processo de ensino e aprendizagem, que suas diferenças são reconhecidas, onde suas potencialidades são incentivadas, sempre em busca de benefícios e melhorias na qualidade de suas vidas, para afim tornarem cidadãos contributivos na sociedade.

3. Benefícios esperados

Neste item, assim como em riscos, o pesquisador deve levar em conta a resolução 466/12 do CNS, que diz que “V.2 - São admissíveis pesquisas cujos benefícios a seus participantes forem exclusivamente indiretos, desde que consideradas as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual desses”.

Através das respostas dos entrevistados o pedagogo vai poder desenvolver estratégias mais adequadas para a aprendizagem dos alunos, assim compreendendo que o ato avaliativo como um instrumento capaz não somente de mediar o ensino e a aprendizagem, mas fazer com que os alunos possam realmente aprender e interagir no meio que estuda.

Diante disto o ganho real que os resultados do projeto trarão ao participante é sua contribuição para um novo ensino, e aos alunos uma oportunidades ao mercado de trabalho, pois com novas metodologias os mesmos irão se destacar em sala e na sociedade.

Demonstrando assim como o aluno aprende e não só o que já aprendeu diante disto mudar o estigma das avaliações, tornando-as menos estressante e gerar resultados mais interessantes.

4. Riscos esperados

Conforme a resolução 466/2012 do CNS/MS no parágrafo V – DOS RISCOS E BENEFÍCIOS, “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo sistema CEP/CONEP aos participantes. Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo. A análise de risco é competente imprescindível à análise ética, dela decorrendo o plano de monitoramento que deve ser oferecido pelo sistema CEP/CONEP em cada caso específico”.

a) V.1 - As pesquisas envolvendo seres humanos serão admissíveis quando: a) o risco se justifique pelo benefício esperado;

Entenda-se aqui por risco a probabilidade de ocorrência de qualquer evento desfavorável (inconveniente ou desconforto) decorrente da participação do indivíduo no projeto de pesquisa.

Os riscos podem ser físicos (dor, ferimentos, mal-estar, desconforto, etc.), psicológicos (stress, culpa, tristeza, perda da autoestima, lembranças dolorosas, etc.), sociais (discriminação, conflitos, abalo de vínculos afetivos, etc.), econômicos (gastos financeiros, perda de emprego, ilegitimidade para cargos públicos, etc.) entre outros.

Caso o participante venha sentir-se mal com algo que possa falar e depois se arrepender, o mesmo pode entrar em contato com a pesquisadora que irá atender da melhor forma e minimizar qualquer risco ou situação. Desta forma os riscos envolvidos com a participação dos entrevistados serão resolvidos sem que haja qualquer constrangimento.

Fazendo com que o pedagogo de alguma forma não saiba resolver situações problemas deixando-se levar pelo medo ou incertezas ao se deparar com tais situações, ou não receber o apoio dos docentes para o desenvolvimento

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

do seu trabalho, barreira esta que causará transtorno com os alunos envolvidos, onde os mesmos precisam de todo apoio possível, causando dificuldade para corresponder ao que foi proposto e conciliar as aulas com as rotinas diárias.

Já com os alunos com NEE`S em sala de aula regular, o risco é pelo fato de muitos profissionais não saberem trabalhar com as ferramentas necessárias para dar suporte aos discentes, no entanto não basta saber se ele sabe ler ou escrever, é preciso incluir no meio no qual está inserido, possibilitando práticas que favoreçam o desenvolvimento de todos, revelando as suas potencialidades.

CONCLUSÕES

A presente investigação possibilitou compreender algumas das principais questões que havíamos colocado sobre o processo de inclusão escolar, nomeadamente no que respeita às dúvidas dos próprios pedagogos entrevistados acerca de como desenvolver na sua atuação profissional novas ferramentas e estratégias diferenciadas para atender as necessidades dos alunos com NEE que chegam na instituição.

Nesse sentido, pensamos que não adianta somente as escolas receberem crianças especiais, precisam ter uma equipe para atendê-las, orientar os professores e ainda ajudar a família para um melhor desenvolvimento. Penaforte (2012, p. 26), refere que “é necessário engajamento dos poderes públicos para garantirem condições de acompanhamento profissional, técnico e especializado, enquanto condição de permanência, de evolução e de bem-estar das crianças ditas diferentes”. Dentro desta perspectiva os pedagogos podem contribuir com o desenvolvimento da educação inclusiva nas escolas, onde torna-se essencial o apoio de nosso sistema governamental.

O trabalho do pedagogo abrange ações relativas ao planejamento, organização e articulação do processo pedagógico como um todo. Inclui essa organização bem como as formas e condições de aprendizagem para receber os alunos, pois nem todas as escolas têm auxiliar de vida para dar suporte ao professor (por exemplo, na escola pesquisada há um profissional para ajudar o aluno com autismo em suas atividades e acompanhar durante todo o período que o discente fica na escola.

Os pedagogos entrevistados têm consciência de sua função, e colocam-se à disposição do aluno para que haja um espaço inclusivo, pelo que sua contribuição em consolidar e promover os discentes diante os limites e desafios no processo de inclusão possibilita a melhora da prática didática e escolhas de ações mais coerentes no âmbito educacional.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

O Sistema Educacional Inclusivo deve, por sua vez, oferecer mais estruturas com ações que proporcionem uma qualidade na educação e atendimento a todos, buscando equidade e garantido acessibilidade. A educação especial deve caminhar junto com seus marcos legais (LDB, ECA, CF, PNDH, BNCC, PNEEPEI, PNE e LBI), que são documentos oficiais que garantem aos alunos especiais o direito de ter uma educação com qualidade nas escolas sejam elas públicas ou particulares. De acordo com o *site* do MEC (2004), o conceito de escola é:

Escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados.

Diante da realidade do Brasil, que é um país com grande dimensão populacional e diversidade cultural, percebe-se que há um grande desafio de implementar o que a passos lentos vem já sendo trabalhado e discutido sobre o tema Inclusão Social. Certamente que na maioria das instituições educacionais no país existem planejamentos pedagógicos direcionados a inclusão escolar e capacitações pedagógicas com professores qualificados na área.

O presente trabalho de investigação faz uma reflexão sobre duas dimensões essenciais – uma sobre o papel do pedagogo e outra sobre os responsáveis dos alunos com NEE. De acordo com as pesquisas feitas com os pedagogos, as respostas foram integradas com suas práticas diárias, esta integração está presente nas demandas institucionais que hoje requerem mais habilidades para auxiliar os professores a adotar comportamentos mais ajustados e exercer uma influência positiva nos alunos.

Por sua vez, os responsáveis pelos alunos temem que os discentes sofram dificuldades e problemas sociais mesmo dentro da escola, onde podem sofrer discriminação e levar ao isolamento, sendo assim não conseguindo frequentar o âmbito educacional por falta de estímulos externos. Deste modo, o

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

desafio de compreender a complexa realidade vivenciada pela escola e pela família no que diz respeito ao estabelecimento de estratégias de fortalecimento da relação entre estas duas instituições é um fator de extrema importância para o resultado satisfatório do processo de aprendizagem do corpo discente.

A lei assegura que toda criança tem o direito de estudar, por isso é obrigatório que a escola acolha a todos. Houve nesse aspecto um avanço nas escolas públicas e privadas, no qual passaram a abraçar esta causa mesmo que ainda com muitas dificuldades sociais que agravam este seguimento na prática. A escola pesquisada tem estrutura física e consegue atender as necessidades básicas do discente (como, por exemplo, rampa de acesso e banheiro adaptado).

O pedagogo no âmbito educacional tem uma tarefa difícil, no qual por sua vez desenvolve ferramentas para facilitar o trabalho do docente e a inclusão dos alunos especiais nas salas de aulas, a integração desses discentes é complexa na sociedade, pois a dificuldade da organização para atender os interesses da pessoa com deficiência ainda é muito grande, as escolas em sua maioria não estão adaptadas e isso causa uma barreira física para a locomoção. Conforme o *site* do MEC (2004),

Para que a educação efetivamente cumpra com seu papel de reflexão crítica sobre a sociedade e de favorecimento do exercício da cidadania, a escola precisa parar para refletir, analisar e planejar. Precisa, também, desenvolver a prática da avaliação contínua e da promoção de ajustes de percurso, sempre tendo como horizonte o projeto político-pedagógico.

Dependendo da deficiência o aluno não pode estudar de forma regular, mesmo sendo um direito social, a educação é um direito subjetivo e deve inserir-lo em uma escola especializada. A escola tem diferentes demandas, às vezes tem dificuldades na integração desses alunos. Entende-se inclusão como direito à educação e à cidadania.

Entre as limitações deste estudo se pode referir a ausência de um dos responsáveis dos alunos que, de início, tinha aceitado responder às perguntas, mas que depois desistiu. Por outro lado, os demais ficaram confortáveis em responder todas as perguntas sem objeção. Desta feita, mesmo sem as

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

respostas de um dos participantes os resultados se mostraram promissores poderão servir de inspiração para novas investigações que sejam realizadas sobre o tema em análise.

Todavia, as pesquisas feitas nesse período foram todas utilizadas para aprofundar os conceitos abordados deste estudo, servindo de inspiração para o desempenho da função que o pedagogo deve desenvolver conforme os relatos coletados. O trabalho investiga as formas e as ferramentas para que o pedagogo possa desenvolver seu trabalho da melhor forma possível, respeitando as características dos alunos com NEE, sendo que tais ferramentas são avaliações de acordo com a necessidade de cada aluno. Desse modo, o pedagogo se converte num agente de transformação social que faz uso da mediação como método educativo.

Sendo assim, tais ferramentas pesquisadas podem ser possíveis contributos na prática dos pedagogos, permitindo interagir com diferentes estratégias agregando o conhecimento prático, superando o paradigma tradicional como um processo de mudança da cultura escolar. A inclusão tem um ponto benéfico, a escola passa por mudanças, adaptações, modernismo e formação de professores, aspectos em que depende da gestão escolar para desenvolver essas ações.

O professor ao fazer a avaliação deve pensar em diferentes estratégias, pois cada discente tem um ritmo diferente, com capacidade de aprender igual aos outros alunos, para o professor desenvolver uma boa aula depende de três fatores: planejar, executar e avaliar, desta forma sua atuação em sala vai obter resultado. Libâneo (2002, p. 51) afirma que a “[...] escola é o mundo do saber: saber ciência, saber cultura, saber experiência, saber modos de agir, saber estratégias cognitivas, saber sentir; é o mundo do conhecimento” podemos dizer que a escola em sua função social encontra-se dependente da necessidade de preparar os educandos para a atuação na sociedade proporcionando ao aluno expandir conhecimento.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

Os portadores de necessidades estão vindo para fora de suas casas, o que é uma situação diferente do passado, em que se verificava uma maior prevalência de preconceitos contra as pessoas com deficiência. Tal não significa dizer que essa situação foi completamente ultrapassada, mas o fato de existirem leis que amparam a pessoa deficiente e pessoas que têm cada vez mais acesso a informação útil para as suas vidas são fatores determinantes que contribuem para que esse preconceito vá diminuindo.

Diante das informações, é cabível ressaltar nos resultados desta pesquisa que o estudo foi feito com um olhar aprofundado sobre o tema com base nas respostas dos entrevistados. Foi possível compreender que os quatro responsáveis dos alunos procuram estar sempre em busca de melhores condições, sejam elas profissional ou pessoal para que nada falte aos seus filhos, não ficam esperando somente pelo governo, que muitas das vezes não atende a necessidade do aluno, como remédios e transporte para levar o aluno aos atendimentos especializados.

De igual modo, cabe destacar aqui os pedagogos entrevistados, nos quais foi possível constatar uma atitude sempre em busca pelo novo e um embasamento nas leis atualizadas para desempenhar sua função dentro da escola em que trabalham, mesmo tendo, muitas vezes, poucos recursos. Esses profissionais levam seu trabalho com seriedade e passam aos docentes confiança para poderem desenvolver suas aulas dentro de um espaço inclusivo.

O estudo indica que futuramente seria interessante trabalhar com os discentes uma intervenção diagnóstica no início das aulas, para verificar a aprendizagem de cada um, desta forma o professor faria seu planejamento com estratégias de acordo com a capacidade de cada aluno.

Também seria interessante investigar a pertinência de momentos de reflexão no contexto escolar dedicados às práticas pedagógicas inclusivas, de forma que todos os envolvidos possam atuar na definição dos objetivos do planejamento, bem como na elaboração do Projeto Político Pedagógico. Não

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

basta somente seguir a lei vigente se a própria escola e a comunidade local não estão conscientes do papel do setor pedagógico.

A pesquisa aponta ainda para que se possibilite aos pedagogos as dimensões pedagógica, social, cultural, com vistas a uma compreensão mais complexa (Morin, 2011) do processo de integração das tecnologias e mídias dentro do projeto político pedagógico da escola.

Outra variável para pesquisa futura é sobre a utilização de ações com o uso mais eficaz da tecnologia e mídias para a orientação tanto dos pedagogos como para os professores no processo de ensino e de aprendizagem. Tais ferramentas podem ser utilizadas no desenvolvimento dos conteúdos junto aos estudantes, tornando o trabalho do docente e as aulas dos discentes mais satisfatórias.

Por fim, cabe ressaltar que o percurso metodológico encetado ao longo de toda a pesquisa teórica e empírica e os resultados obtidos através das respostas dos entrevistados foram muito significativos para a própria aprendizagem da pesquisadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, M. E. B. (2000). *O computador na escola: Contextualizando a formação de professores*. p. 252. Tese de Doutorado em Educação: Supervisão e Currículo. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.

Barbosa, I. (2005). *Tempo de aprender: uma abordagem psicopedagógica sobre as dificuldades e transtornos da aprendizagem*. Manaus: BK Editora.

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Tradução Luís Antero e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.

BNCC (2017). *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base*. Brasília: Editora SAS Plataforma de Educação.

Brandão, C. R. (2006). *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense.

Boggino, N. (2016). *Diversidade, aprendizaje e integración en contextos escolares: cómo prevenir y abordar problemas escolares en el aprendizaje y en la conducta*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones.

Burchert, A. (2018) *O profissional de apoio no processo de inclusão aluno público-alvo da educação especial no ensino público fundamental*. (Dissertação de Mestrado) Canoas, Universidade La Salle.

Cardoso, F. S. (2015). *Mediação de conflitos escolares: Contribuições da educação em direitos humanos no enfrentamento à violência*. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

Carvalho, R. E. (2010). *Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico*. (3ª Edição). Porto Alegre: Editora Mediação.

Conte, E. e Basegio, A.C. (2015). *Revista Temas em Educação*. Tecnologias assistivas: recursos pedagógicos à inclusão humana. vol. 24, n. 2, p. 28-44. 29 de dez.

Costa, A. C. G. (2000). *Protagonismo Juvenil: Adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht.

Costa, D. A. F. (2006). Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. Rev. psicopedag. [online]. vol.23, n.72, pp. 232-240. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v23n72/v23n72a07.pdf>
Consultado em: 01/10/2020

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.

Cunha, P. & Monteiro, A. P. (2018). *Gestão de conflitos na escola*. Lisboa: Pactor

Cunha, P. & Leitão, S. (2016). *Manual de Gestão construtiva de conflitos*. (3ª Edição). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Davis, C. (et al). (2002). *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Demo, P. (2005). *Educar pela pesquisa*. (7ª Edição). Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados.

Echevarría, H. D. (2011). *Diseño y plan de análisis en investigación cualitativa*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones.

Falsarella, A. M. (2004). *Formação continuada e prática de sala de aula: Os efeitos da formação continuada na atuação do professor*. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados.

Florentino, P. E. & LOPES, S. A. (2020). *Educação infantil, inclusão e a tecnologia assistiva*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 13, pp. 93-106. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/inclusao-e-a-tecnologia>
Consultado em: 22/07/2020.

Franco, M. A. S. (2008). *Pedagogia como Ciência da Educação*. São Paulo: Cortez Editora.

Freire, P. (2011). *Pedagogia do oprimido*. (50ª Edição). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6ª Edição). São Paulo: Atlas.

Guedes, F. C. (2017). *Gestão do conflito e clima escolar: Um estudo de caso em uma Escola Estadual do Amazonas*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora.

Hoffmann, J. (2018). *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Editora Mediação.

Lei Brasileira de Inclusão: Estatuto da pessoa com Deficiência. (2015). Brasília, Lei 13.146/15.

Lei de diretrizes e bases da educação nacional. (2017). Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

Libâneo, J. C. (2006). *Que destino os educadores darão à Pedagogia*. (5ª Edição). São Paulo: Cortez Editora.

Libâneo, J. C. (2010). *Pedagogia e Pedagogos, para quê?*. (12ª Edição). São Paulo: Cortez Editora.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

- Libâneo, J. C. (2011). *Adeus professor, adeus professora? : Novas exigências educacionais e profissão docente*. (13ª Edição). São Paulo: Cortez Editora.
- Lima, J. F. L. (2012). *Reconstrução da tarefa educativa: uma alternativa para a crise e a desesperança*. Porto Alegre: Editora Mediação.
- Lipp, M. M. (2006). *O stress do professor*. (4ª Edição). Campinas, São Paulo: Papirus Editora.
- Loureiro, C. & Klein, R. (2017). *Inclusão e aprendizagem: contribuições para pensar as práticas pedagógicas*. Curitiba: Appris.
- Luck, H; Freitas, K. S; Girling, R; Keith, S. (2005). *A escola participativa: O trabalho do gestor escolar*. (2ª Edição). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: O que é? por quê? como fazer?*. São Paulo: Moderna.
- Mantoan, M. T. E; Pietro, R., & Arantes, V. (2006). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus.
- Mantoam, M. T. E. (2011). *O desafio das diferenças nas escolas*. (4ª Edição). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Marconi, S. & Mele, F. (2016). *8 encontros para desenvolver valores na escola: uma revolução possível?*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martins, J. P. (2010). *Gestão Educacional: Uma abordagem crítica do processo administrativo em educação*. (4ª Edição). Rio de Janeiro: Wak Editora.
- Martins, L. A. [et al]. (2011). *Inclusão: compartilhando saberes*. (5ª Edição). Rio de Janeiro: Vozes
- Martins, G. & Xavier, A. (2017). *Imersões cotidianas na educação inclusiva: múltiplos olhares, múltiplos saberes*. Curitiba: Appris.
- Ministério da Educação e Cultura. (2005). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social.
- Ministério da Educação Especial. (2004). *Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade*. Brasília.
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>
Consultado em: 04/10/2020
- MEC. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n 7, de 14 de Dezembro de 2010. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf Consultado em:
17/07/2020
- Mesquita, E. & Roldão, M. (2017). *Formação inicial de professores: a supervisão pedagógica no âmbito de processo de Bolonha*. Lisboa: Edições Sílabo, Lola.

- Milman, E. (2001). *Sociedade Inclusiva e Globalização: alguns obstáculos na educação. Escritos da criança*. Porto Alegre: Centro Lydia Coriat.
- Mittler, P. (2003). *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed.
- Morin, E. (2011). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez Editora.
- Orrú, S. E. (2017). *O re-inventar da Inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Paula, A. R. (2007). *A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- Pereira, L. L. L. e Hannais, M. L. (2001). *Pedagogia na prática: Propostas para uma educação integral*. São Paulo: Editora Gente.
- Perraud, M. (2006). *As estratégias de Aprendizagem: como acompanhar os alunos na aquisição de conhecimentos*. Lisboa: Divisão Editora.
- Presidência da República. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva.
- Pinto, U. A. (2006). *Pedagogia e Pedagogos Escolares*. Tese (Doutorado em Educação) – 184f. USP, São Paulo.
- Pitluk, L. [et al]. (2019). *La inclusión educativa como construcción: puentes y caminos para pensar y recorrer*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones.
- Placco, V. M. N. S. (2006). *O coordenador no confronto com o cotidiano da escola. O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola*. p. 183. (4ª Edição). São Paulo: Edições Loyola.
- Placco, V. M. N. S. E Souza, V. L. T. (2010). *Diferentes aprendizagens do coordenador pedagógico. O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade*. p. 47-61. São Paulo: Edições Loyola.
- Ramos, R. (2016). *Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva*. São Paulo: Summus.
- Rodrigues, M, & Ferrão, L. F. (2012). *Formação Pedagógica de Formadores*. (10ª Edição). Lisboa: Lidel.
- Saraiva, E; Souza, K. C. (2011). *A metodologia de oficinas pedagógicas na formação continuada de pedagogos*. (2ª Edição). Manaus: Editora Valer.
- Túlio, J. M.C. F. (2015). *Identidade do pedagogo dos anos iniciais do ensino fundamental na Escola Pública*. p. 186. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

Túlio, J. (2017). *A identidade do pedagogo escolar e as dimensões estruturantes da sua prática pedagógica*. Curitiba: Appris.

Valente, M. S. M. N. (2018). *Influência da inteligência emocional na gestão do conflito entre professor-aluno*. Tese de Doutorado em Ciências da Educação. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Veiga, I. P. A. (2006). *Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível*. Campinas, São Paulo: Papyrus Editora.

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais*.

<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica> Consultado em: 17/07/2020

<http://www.dicionarioinformal.com.br/problema/> Acesso em: 18/07/2020

<http://www.dicionarioinformal.com.br/conflito/> . Acesso em: 18/07/2020

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11697144/artigo-1-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996> Consultado em: 19/07/2020

[Ministério da Saúde \(saude.gov.br\)](http://saude.gov.br) Consultado em: 19/07/2020

ANEXOS

ANEXO I. Guião de Entrevista 1

ANEXO II. Guião de Entrevista 2

ANEXO III. Termo de consentimento livre e esclarecido aos pedagogos

ANEXO IV. Termo de consentimento livre e esclarecido aos responsáveis

ANEXO V. Carta de anuência da instituição

ANEXO VI. Aprovação do Comitê de Ética

ANEXO VII. Resolução 466/2012 CNS

ANEXO I. Guião de Entrevista 1

Guião de entrevista destinada aos responsáveis dos alunos com necessidades educativas especiais.

Garantir a legitimação da entrevista, informar ao participante sobre o objetivo da entrevista, solicitar a colaboração e explicar a importância da participação para obtenção de melhorias, dessa forma todos os dados recolhidos serão utilizados apenas para o trabalho de investigação para fins académicos como parte de pesquisa em um Mestrado em Educação na Universidade Fernando Pessoa. Assegurando-se o anonimato e a confidencialidade das informações prestadas.

Dados sociodemográficos
Formação:
Categoria profissional:
Tempo de serviço:
Entrevista
1 – O aluno tem dificuldades para fazer as tarefas?
2 – Distrai-se com estímulos externos?
3 – Consegue prestar atenção na aplicação do conteúdo?
4 – Esquece facilmente das atividades do cotidiano?
5 – Fica andando pela sala de aula na hora das aulas?
6 – Fala em excesso?
7 – Interrompe a conversa do outro?
8 – O aluno sente-se motivado ao ir para escola?
9 – O Professor leva em consideração a resposta do aluno?
10 – O aluno ouve com atenção as explicações dos professores?
11 – Demonstra interesse pelos estudos?
12 – Escreve de forma que se possa ler, ainda que não ortograficamente?

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

13 – Tem coordenação motora fina ou grossa?
14 – Demonstra interesse em desenvolver atividades em grupo?
15 – Ouve bem e cumpre as ordens determinadas pelos professores?
16 – O aluno tapa os ouvidos ou se queixa onde há sons muito altos no ambiente?
17 – Solicita ajuda em situações necessárias?
18 – O aluno demonstra mudança de comportamento em situações adversas?
19 – O aluno consegue ficar sentado apoiando as costas no encosto da cadeira durante os tempos de aula?

ANEXO II. Guião de Entrevista 2

Guião de entrevista destinada aos pedagogos.

Garantir a legitimação da entrevista, informar aos pedagogos sobre o objetivo da entrevista, solicitar a colaboração e explicar a importância da participação para obtenção de melhorias, dessa forma todos os dados recolhidos serão utilizados apenas para o trabalho de investigação para fins académicos como parte de pesquisa em um Mestrado em Educação na Universidade Fernando Pessoa. Assegurando-se o anonimato e a confidencialidade das informações prestadas.

Dados sociodemográficos
Formação:
Categoria profissional:
Tempo de serviço:
Entrevista
1 – Na sua opinião, de que forma é preciso melhorar a intervenção pedagógica?
2 – Como desenvolve a autonomia no seu trabalho?
3 - Conhece o meio social e cultural da sua escola?
4 – Desenvolve estratégias e métodos de ensino para adaptação do aluno com NEE? Cite exemplos, por favor.
5 – Necessita de métodos ou técnicas de avaliação adequadas? Quais?
6 – Promove a participação dos alunos em sala de aula? De que formas?
7 – Integra na aula os alunos com NEE?
8 – Diante a um problema de conflito, procura resolver da melhor forma ou precisa de auxílio?
9 – Evita confronto com os pais?
10 – Perante um problema e/ou conflito usa seus conhecimentos profissionais? De que forma?
11 – Evita que os pais venham criar conflitos e/ou problemas na escola?

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

12 – Analisa conjuntamente os problemas para conseguir resolvê-los?
13 – Usa sua experiência para mediar os conflitos?
14 – Faz somente o necessário para solucionar os conflitos com os alunos e seus familiares?
15 – No ambiente de trabalho faz somente o essencial?
16 – Diante os conflitos se comporta de forma profissional e não leva para o lado pessoal?
17 – Procura estar bem informada(o) sobre o que acontece no seu local de trabalho ?
18 – Como qualifica a sua convivência com os pais dos alunos?
19 – Como qualifica a sua convivência com os alunos?
20 – Quais os conflitos mais comuns com os alunos com NEE?
21 - De que maneira procura resolvê-los?

ANEXO III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS PEDAGOGOS

Mestrado em Educação Especial: Cognitivo Motor, da Universidade Fernando Pessoa, com o título “Inclusão Escolar: As perspectivas do Pedagogo no Âmbito Educacional”, a investigação será com responsáveis dos alunos com NEE's e pedagogos, em uma escola pública de Manaus – AM/ Brasil, sob orientação do Professor Doutor Pedro Cunha.

O (a) Sr. (a) está sendo convidado (a) para participar voluntariamente da pesquisa e objetivo acima intitulados. Aceitando participar do estudo, poderá desistir a qualquer momento, bastando informar sua decisão diretamente ao pesquisador responsável.

Fica esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como o (a) não terá despesas para com a mesma. Este trabalho tem a finalidade sobre o papel do pedagogo como agente de transformação da prática escolar situando-se como mediador das relações pedagógicas que se estabelecem no âmbito escolar. Desta forma sua contribuição é muito importante para o crescimento desta pesquisa, onde todas as respostas terão embasamento teórico.

Os dados referentes à sua pessoa serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/2012 do CNS-Conselho Nacional de Saúde, podendo o (a) senhor (a) solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta. Para tanto, esclarecemos também os procedimentos, riscos e benefícios.

Além disso, se você permitir nós iremos gravar suas respostas pelo gravador do celular para que sejamos fiéis a tudo que você falou e para não perdermos nada, pois tudo que você fala é muito importante. Iremos fazer isso no ambiente da escola, mas em um local reservado, onde mais ninguém além de nós tenha acesso.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

Caso ocorra os possíveis riscos durante ou após a entrevista como: você pode se sentir mal com alguma coisa que nos falou, pode se arrepender de ter dito algo, pode ter se confundido. Mas caso sinta-se assim, pode entrar em contato com a pesquisadora que irá da melhor forma atendê-lo e minimizar os riscos.

Os benefícios previstos com a sua participação são de relatar suas experiências na escola e a forma de como ajudar os alunos a não sofrerem mais com preconceitos, também em encontrar formas de fazer com que a escola se torne um ambiente mais tranquilo, que promova bem-estar e acolhimento.

Durante todo o estudo, a qualquer momento que se faça necessário, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo e/ou nova assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A qualquer momento, o (a) Senhor (a) poderá recusar a continuar participando do estudo e, retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo.

São consideradas pesquisas com seres humanos, aquelas que envolvam diretamente contato com indivíduo (entrevistas) ou aquelas que não envolvam contato, mas que manipule informações dos seres humanos.

O (a) Senhor (a) tendo compreendido o que lhe foi informado sobre a sua participação voluntária no estudo “ Inclusão Escolar: As perspectivas do Pedagogo no Âmbito Educacional”, consciente dos seus direitos, das suas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que terá com a sua participação, concordará em participar da pesquisa mediante a sua assinatura deste Termo de Consentimento.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

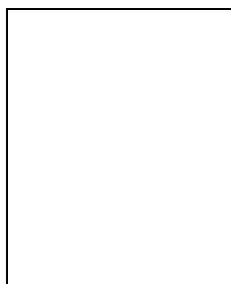
Para preservar a identificação do participante e garantir o anonimato, será utilizado um código de identificação como (P= pedagogo)

()P1, ()P2, ()P3, ()P4, ()P5

Data: 25/03/2021

Obs.: A pesquisadora levará para entrevista, almofada de carimbo, álcool ou lenço umedecido para limpar o dedo do voluntário para a impressão datiloscópica.

Dou o meu consentimento sem que para isso eu tenha sido forçado ou obrigado.



POLEGAR DIREITO

Assinatura ou impressão datiloscópica

Assinatura do responsável pelo Estudo

ANEXO IV

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS RESPONSÁVEIS

Este é um convite para você participar da pesquisa “Inclusão Escolar: As perspectivas do Pedagogo no Âmbito Educacional”, da aluna Teriane Bastos Nunes, sob orientação do Professor Doutor Pedro Cunha, para desenvolvimento da pesquisa do curso de Mestrado em Educação Especial: Cognitivo Motor, na Universidade Fernando Pessoa. Sua participação é voluntária sem interesse financeiro, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Este estudo é para que o pedagogo descubra diante dos limites e desafios ferramentas para trabalhar quando se depara com problemas que constantemente causam momentos constrangedores e na maioria das vezes desnecessários ao aluno com necessidade educativa especial. Desta forma sua contribuição é muito importante para o crescimento desta pesquisa, onde todas as respostas terão embasamento teórico, iremos realizar a entrevista no ambiente da escola, um local reservado.

Caso decida aceitar o convite, e que tenha entendido todas as fases desta pesquisa, você será submetido sobre os termos de apresentação obrigatória conforme a resolução 466/2012 CNS/MS no II – DOS TERMOS E DEFINIÇÕES no item parágrafo II.23 – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar;

No parágrafo III- DOS ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS nos itens: a) respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida; b) ponderação entre

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
c) garantia de danos previsíveis serão evitados;

No parágrafo IV- DO PROCESSO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO nos itens a) buscar o momento, condição e local mais adequado para que o esclarecimento seja efetuado, considerando, para isso, as peculiaridades do convidado a participar da pesquisa e sua privacidade; b) prestar informações em linguagem clara e acessível, utilizando-se das estratégias mais apropriadas à cultura, faixa etária, condição socioeconômicas e autonomia dos convidados a participar da pesquisa; e c) conceder o tempo adequado para que o convidado a participar da pesquisa possa refletir, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

No parágrafo IV. 2 – Superada a etapa inicial de esclarecimento, o pesquisador responsável ou pessoa por ele delegada, deverá apresentar ao convidado para participar, ou a seu representante legal, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que seja lido e compreendido, antes da concessão do seu consentimento livre e esclarecido.

No parágrafo IV. 3 – O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá conter, obrigatoriamente: d) garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma; e) garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa;

No parágrafo V. DOS RISCOS E BENEFÍCIOS – a) o risco se justifique pelo benefício esperado; V.2 – São admissíveis pesquisas cujos benefícios a seus participantes forem exclusivamente indiretos, desde que consideradas as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual desses.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

Eu, como responsável de aluno compreendi a explicação que me foi fornecida nos itens acima acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Todas as informações obtidas serão sigilosa o meu nome não será identificado em nenhum momento.

Foi-me ainda assegurado que os registros em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários e destruídos após a sua conclusão.

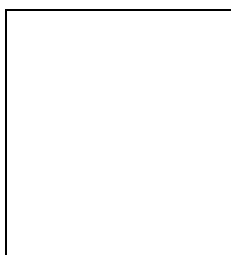
Por isso, consinto em participar no estudo em causa. Para preservar a identificação do participante e garantir o anonimato, será utilizado um código de identificação como (R= responsável)

()R1, ()R2, ()R3, ()R4, ()R5

Data:25/03/2021

Obs.: A pesquisadora levará para entrevista, almofada de carimbo, álcool ou lenço umedecido para limpar o dedo do voluntário para a impressão datiloscópica.

Declaro que compreendi os objetivos e procedimentos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos, e concordo em participar voluntariamente da pesquisa.



POLEGAR DIREITO

Assinatura ou impressão datiloscópica

Assinatura do responsável pelo Estudo

ANEXO V. Carta de anuência da instituição

Exma./ Sra. Diretora. xx
Colégio: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Assunto: Solicitação de autorização para investigação

Eu, Teriane Bastos Nunes, mestranda da Universidade Fernando Pessoa, venho por meio deste, formalizar a solicitação de autorização para realizar a investigação de tema “Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional”, sob orientação do Professor Doutor Pedro Cunha.

Atendendo à solicitação da Comissão de ética da UFP, solicito autorização para dar início à investigação que tem como objetivo identificar estratégias que impliquem no processo de inclusão e que respeitem as características de cada discente e entender possíveis lacunas existentes no processo de inclusão e contribuir para o seu aperfeiçoamento, dando suporte aos alunos com necessidades especiais e suas particularidades para que venham se sentir acolhidos.

Asseguro que guardaremos sigilo em relação à escola e o anonimato de todos os participantes deste estudo.

Agradeço, desde já, a atenção demonstrada com o assunto e me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

Meus agradecimentos,

Teriane Bastos Nunes

ANEXO VI. Aprovação do Comitê de Ética

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO
NORTE - UNINORTE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INCLUSÃO ESCOLAR: AS PERSPECTIVAS DO PEDAGOGO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Pesquisador: TERIANE BASTOS NUNES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 37448819.5.0000.0010

Instituição Proponente: Universidade Fernando Pessoa/Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.508.085

Apresentação do Projeto:

As informações contidas nos campos Apresentação do Projeto, Objetivo da Pesquisa e Avaliação dos Riscos e Benefícios foram retiradas do documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1462538.pdf", datado de 21/12/2020, em que lê-se, no item:

INTRODUÇÃO:

O pedagogo procura cada vez mais desempenhar sua função, mesmo que em certos casos tenha que ir além de suas atribuições, a formação do pedagogo no Brasil começou em 1939, onde objetivou analisar o percurso histórico do curso pelas vias dos seus marcos legais, desde o seu surgimento e até hoje percebemos uma incerteza sobre o propósito e a função do profissional, o curso de pedagogia por sinal ocupou um lugar periférico no contexto das licenciaturas porque era visto como um curso de segunda categoria. Desde sua criação em 1939, o curso contempla o preparo dos profissionais para o exercício da docência, assim como para os campos específicos de atuação do pedagogo. Porém, sua grade curricular esteve sempre mais centrada nesses campos específicos da pedagogia escolar e não na docência, que sempre apareceu de modo secundário. Atualmente ocorre uma situação inversa: os cursos centralizam o currículo em torno da docência e secundarizam os campos de atuação do pedagogo que configuram sua identidade (PINTO, 2006, p. 12). A pedagogia é um olhar para o futuro, o pedagogo é um facilitador para

Endereço: Avenida Joaquim Nabuco, 1232 - Unidade I

Bairro: Centro

CEP: 69.010-060

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3212-5198

Fax: (92)3212-5010

E-mail: cep@uninorte.com.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO
NORTE - UNINORTE



Continuação do Parecer: 4.508.085

os alunos, com características biológica na forma de como vê a dificuldade e como consegue resolver, o profissional pode atuar em museus, hospitais e também no ensino informal, tem facilidade de manusear o material didático é importante ampliar seu conhecimento. O pedagogo é o responsável para fazer a mediação entre parte interna e externa da escola, ser o facilitador no âmbito escolar, antes era ligada a administração da escola, o seu papel envolve o trabalho de todos, a escola deve ter um profissional que ajude a dinamizar a rotina escolar, é um trabalho de conquista, olhar a comunidade como parceiros, no qual suas práticas acadêmicas funcionam melhor, o profissional precisa orientar as ações e criar um clima que favoreça a aprendizagem, preocupado com o conteúdo e cuidado diferenciado para o seu público escolar. O pedagogo diante os limites e desafios no processo de inclusão, se depara com problemas que constantemente causam momentos constrangedores e na maioria das vezes desnecessários ao aluno, tendo este profissional a função de inverter esta realidade, proporcionando meios relevantes para que o discente seja inserido na escola e tenha melhor perspectiva em seu processo de ensino e aprendizagem obtendo assim resultados satisfatórios. Desta forma, o profissional que atua nessa função pedagógica e convive com essas realidades, deixa claro que a inclusão escolar é acessível de forma natural e concreta a todos em termos de conhecimento, fazendo com que tenham perspectiva educacional, profissional e pessoal maiores do que esperam, promovendo assim um convívio social mais adequado. A essência da inclusão é que deve haver uma investigação sobre o que está disponível para assegurar aquilo que é relevante e acessível a qualquer aluno na escola. Cedo ou tarde essa gama de possibilidades e de oportunidades incluirá muitos ou todos os alunos que estão agora em escolas ou em classes especiais. (Mittler, 2003,p.27) O progresso da inclusão vem se tornando um movimento significativo nos diferentes segmentos educacionais, tendo em vista a adequação das práticas pedagógicas, onde o pedagogo passa a ter uma visão mais social, que agregado à sua experiência, dispõe do atendimento necessário às necessidades de cada aluno. Embora haja muitos obstáculos para propor mudanças significativas no ambiente de ensino, as ações oriundas da estrutura docente são necessárias com o intuito de atender a diversidade de alunos, ou seja, é imprescindível a presença da escola atuando para realmente surtir efeitos satisfatórios, pois o pedagogo não obterá êxito realizando sem o apoio escolar. A inclusão escolar dá direito ao aluno de frequentar a escola independente do problema ou deficiência que o mesmo possa ter, o convívio com o meio social é uma questão de bom senso e humanidade, com respaldo jurídico e resguardado pelos direitos humanos. Segundo o Ministério

Endereço: Avenida Joaquim Nabuco,1232 -Unidade I
Bairro: Centro **CEP:** 69.010-060
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3212-5198 **Fax:** (92)3212-5010 **E-mail:** cep@uninorte.com.br

Continuação do Parecer: 4.508.085

da Educação (2005, p.20), Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Educar não está somente voltada a um espaço físico e sim a um modelo de intervenção educativa que facilite o ingresso do aluno a um processo inevitável de socialização contínua, proporcionando perspectivas através do estudo e possibilitando o acesso ao mercado de trabalho, com as dificuldades e desafios a encontrar, mas com um passo importante para o caminho da igualdade social. Neste caso a lei garante que o aluno seja incluído nas escolas, sob orientação do pedagogo de forma que integre as ferramentas necessárias para a formação do indivíduo, preparando-o para o cumprimento das questões básicas da sociedade. O pedagogo passa a ser nesse sentido um profissional de extrema importância para que a inclusão escolar no sistema de ensino não seja ignorada e receba realmente a importância devida, onde a prática inclusiva ocorra de forma gradual e distinta, buscando suprir as necessidades educacionais vivenciadas em cada momento e de acordo com cada necessidade. O trabalho proposto tem como objetivo, identificar estratégias que implique no processo de inclusão e que respeite as características de cada discente. Entender possíveis lacunas existentes no desenvolvimento e contribuir para o seu aperfeiçoamento, dando suporte aos alunos com necessidades especiais e suas particularidades para que venham se sentir acolhidos. A situação problema desta pesquisa é compreender a visão e o entendimento do pedagogo em relação ao processo de inclusão e a forma de como os alunos com necessidades educacionais especiais são avaliados em sala de aula, tendo em vista que para o sistema de ensino o aluno torna-se capaz para atingir a série seguinte quando o mesmo é submetido a uma avaliação e alcança uma média.

HIPÓTESE:

Fazer com que o pedagogo tenha um papel como agente de transformação na prática escolar, situando-se como um mediador das relações pedagógicas que se estabelecem no âmbito escolar, no qual se expressa a forma de atuação do profissional diante de um mundo em mudanças e com incertezas. Buscando perceber as dificuldades e demandas dos participantes que possam integrar ainda mais no meio social, sentindo-se capazes de resolver situações no seu cotidiano.

METODOLOGIA:

Endereço: Avenida Joaquim Nabuco, 1232 -Unidade I
Bairro: Centro **CEP:** 69.010-060
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3212-5198 **Fax:** (92)3212-5010 **E-mail:** cep@uninorte.com.br

Continuação do Parecer: 4.508.085

O presente trabalho se propõe a investigar a prática pedagógica do pedagogo no âmbito educacional, desafios e incertezas que o mesmo pode enfrentar em seu cotidiano, suas atribuições e responsabilidade ao uso de novas ferramentas para atender alunos com necessidades educativas especiais, favorecendo-os da melhor forma possível, no entanto sendo um agente de transformação da prática escolar situando-se como um mediador das relações pedagógicas que se estabelecem no âmbito escolar na vida desses alunos.

De acordo com a problemática e os objetivos definidos, adotou-se um estudo de caso através de uma pesquisa qualitativa com recursos de entrevistas, o método descritivo que possibilita ao pesquisador um desempenho que venha ultrapassar suas barreiras.

Os procedimentos adotados ao grupo de participantes, será através de entrevista feita com os familiares e os pedagogos em uma escola pública, que ocorrerá no mês de janeiro (2021) de forma individual, todos serão informados sobre a pesquisa e serão feitos pedidos de autorização e consentimento livre informado. No primeiro momento será apresentado aos participantes da amostra, o projeto que visa o tema e os objetivos propostos na investigação, onde será utilizado um sistema de codificação para identificar o questionário e garantir o sigilo e a confidencialidade das respostas e dos entrevistados somente para o uso da investigação, que no qual depois será destruído. O total de participantes da pesquisa será de 10 pessoas, sendo 5 pedagogos que trabalham com inclusão e 5 responsáveis por aluno com necessidades especiais. Considerando que a pesquisa ocorrerá através de 2 questionários de entrevistas, cada um com perguntas específicas para cada grupo, desta forma os resultados terão opiniões tanto dos profissionais da área quanto dos responsáveis pelos alunos, assim a pesquisa de campo terá embasamento empírico conforme a realidade de cada situação. As questões de investigação relacionadas nas atividades acontecerá em 2 campos distintos, o primeiro com os pedagogos que trabalham diretamente com os alunos nas escolas, que por sua vez muitos professores não sabem trabalhar de forma lúdica com esses alunos, cabe ao pedagogo em desenvolver estratégias para o rendimento educacional dos discentes. O outro grupo são os responsáveis dos alunos que conhecem o desejo de seus filhos em frequentarem uma escola e assim interagir com outros colegas tanto em sala quanto nos corredores, sem sofrer preconceitos. Duas realidades distintas mas que pode fazer uma grande mudança na vida desses discentes, no caso específico da Educação Inclusiva, a

entrevista permite que os participantes possam expressar suas convicções, seus valores e crenças a respeito dos princípios da mesma, delimitando os desafios e as perspectivas das práticas pedagógicas, além das necessidades inerentes à formação de professores.

Endereço: Avenida Joaquim Nabuco, 1232 - Unidade I
Bairro: Centro **CEP:** 69.010-060
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3212-5198 **Fax:** (92)3212-5010 **E-mail:** cep@uninorte.com.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO
NORTE - UNINORTE



Continuação do Parecer: 4.508.085

O modelo de investigação será indutivo tendo em vista que este trabalho será fundamentado através de experiências em entrevistas direto com os participantes, através da realidade concreta em campo, observando fatores que influenciem os alunos de forma adequada no processo de ensino. A construção do conhecimento individual e o respeito aos educandos ajudará a resgatar o papel de cidadão que por necessidades especiais em sua trajetória deixaram ou não eram incluídos em ambientes escolares, onde não tinham um vínculo social. Segundo Orrú (2017, p. 42), problematizar os problemas vai além da busca imediatista de soluções claras e objetivas tal como ocorre nos pressupostos do cartesianismo. Problematizar os problemas é buscar modos de criar, de inventar o novo a partir do próprio problema, sem a ilusão e o desespero de "dar" a solução e pôr fim às discussões ou angústias. Fazer acontecer a inclusão é reinventar o novo, com base de todos e para todos, dessa forma não é um faz de conta que o problema desaparece, e sim uma realidade que precisa ser vista nos espaços de aprendizagem, com base no método descritivo.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO:

Critério de Inclusão:

Os participantes terão que exercer pedagogia com os alunos com NEE's há pelo menos 10 anos ou serem familiares de alunos com NEE's que frequentam uma escola pública.

Critério de Exclusão:

São as dificuldades ou problemas sociais que possa levar ao isolamento de algum aluno com NEE, por meio da discriminação, sendo assim não conseguindo realizar a entrevista com os responsáveis dos alunos e/ou com os pedagogos. Sem os dados necessários para a pesquisa, não torna clara uma informação para que se tenha um bom entendimento e não deixe dúvidas daquilo que se almeja transmitir.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO

Identificar estratégias que impliquem no processo de inclusão e que respeitem as características de cada discente.

Entender possíveis lacunas existentes no desenvolvimento e contribuir para o seu aperfeiçoamento, dando suporte aos alunos com necessidades especiais e suas particularidades para que venham se sentir acolhido.

Endereço: Avenida Joaquim Nabuco, 1232 - Unidade I
Bairro: Centro **CEP:** 69.010-060
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3212-5198 **Fax:** (92)3212-5010 **E-mail:** cep@uninorte.com.br

Continuação do Parecer: 4.508.085

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

- Avaliar o processo de aprendizagem e não apenas o resultado do que foi aprendido.
- Usar ferramentas diferentes para o desenvolvimento do raciocínio empírico do aluno.
- Perceber como o uso de ferramentas e estratégias diferenciadas podem trazer benefícios e exercer uma influência positiva nos alunos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Os riscos podem ser físicos (dor, ferimentos, mal-estar, desconforto, etc.), psicológicos (stress, culpa, tristeza, perda da autoestima, lembranças dolorosas, etc.), sociais (discriminação, conflitos, abalo de vínculos afetivos, etc.), econômicos (gastos financeiros, perda de emprego, ilegitimidade para cargos públicos, etc.) entre outros.

Caso o participante venha sentir-se mal com algo que possa falar e depois se arrepender, o mesmo pode entrar em contato com a pesquisadora que irá atender da melhor forma e minimizar qualquer risco ou situação. Desta forma os riscos envolvidos com a participação dos entrevistados serão resolvidos sem que haja qualquer constrangimento.

Já com os alunos com NEE'S em sala de aula regular, o risco é pelo fato de muitos profissionais não saberem trabalhar com as ferramentas necessárias para dar suporte aos discentes, no entanto não basta saber se ele sabe ler ou escrever, é preciso incluir no meio no qual está inserido, possibilitando práticas que favoreçam o desenvolvimento de todos, revelando as suas potencialidade.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

Através das respostas dos entrevistados o pedagogo vai poder desenvolver estratégias mais adequadas para a aprendizagem dos alunos, assim compreendendo que o ato avaliativo como um instrumento capaz não somente de mediar o ensino e a aprendizagem, mas fazer com que os alunos possam realmente aprender e interagir no meio que estuda.

Diante disto o ganho real que os resultados do projeto trarão ao participante é sua contribuição para um novo ensino, e aos alunos uma oportunidades ao mercado de trabalho, pois com novas metodologias os mesmos irão se destacar em sala e na sociedade.

Endereço: Avenida Joaquim Nabuco, 1232 -Unidade I
Bairro: Centro **CEP:** 69.010-060
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3212-5198 **Fax:** (92)3212-5010 **E-mail:** cep@uninorte.com.br

Continuação do Parecer: 4.508.085

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O trabalho investiga as formas e as ferramentas para que o pedagogo possa desenvolver seu trabalho da melhor forma possível, respeitando as características dos alunos com NEE's, assim irá contribuir para o seu aperfeiçoamento mesmo sendo em certos casos limitados, ou seja, na parte cognitiva ou de forma física.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Documentos anexados e preenchidos adequadamente:

1. Projeto versão Plataforma Brasil.
2. Projeto Original.
3. Carta de anuência da instituição.
5. Folha de Rosto.
6. TCLE.
7. Orçamento.
8. Cronograma.

Recomendações:

Recomenda-se que a data a ser inserida nos TCLEs seja a data referente à assinatura dos participantes da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista que foram feitos todos os ajustes recomendados e que o projeto atende a todos os preceitos éticos definidos na Resolução CNS N° 466/2012 e/ou na Resolução CNS N° 510/2016 e Normas Complementares, o colegiado do CEP UNINORTE é favorável à aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista que foram feitos todos os ajustes recomendados e que o projeto atende a todos os preceitos éticos definidos na Resolução CNS N° 466/2012 e/ou na Resolução CNS N° 510/2016 e Normas Complementares, o colegiado do CEP UNINORTE é favorável à aprovação.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Avenida Joaquim Nabuco,1232 -Unidade I
Bairro: Centro **CEP:** 69.010-060
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3212-5198 **Fax:** (92)3212-5010 **E-mail:** cep@uninorte.com.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO
NORTE - UNINORTE



Continuação do Parecer: 4.508.085

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1462538.pdf	21/12/2020 18:16:14		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLERESPONSAVEIS.docx	21/12/2020 18:14:16	TERIANE BASTOS NUNES	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	21/12/2020 18:11:02	TERIANE BASTOS NUNES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	21/12/2020 17:52:24	TERIANE BASTOS NUNES	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	21/12/2020 17:48:15	TERIANE BASTOS NUNES	Aceito
Outros	TCLEPEDAGOGOS.pdf	21/12/2020 17:45:25	TERIANE BASTOS NUNES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOORIGINAL.pdf	21/12/2020 17:42:32	TERIANE BASTOS NUNES	Aceito
Outros	SOLITACAODEINVESTIGACAO.pdf	26/11/2019 21:28:53	TERIANE BASTOS NUNES	Aceito
Outros	DECLARACAODOORIENTADOR.pdf	26/11/2019 21:28:06	TERIANE BASTOS NUNES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	26/11/2019 21:23:39	TERIANE BASTOS NUNES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 23 de Janeiro de 2021

Assinado por:
THAIANA BEZERRA DUARTE
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Joaquim Nabuco, 1232 -Unidade I

Bairro: Centro

CEP: 69.010-060

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3212-5198

Fax: (92)3212-5010

E-mail: cep@uninorte.com.br

ANEXO VII. Resolução 466/2012 CNS



Ministério da Saúde
Conselho Nacional de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua 240ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de dezembro de 2012, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e

Considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos;

Considerando o desenvolvimento e o engajamento ético, que é inerente ao desenvolvimento científico e tecnológico;

Considerando o progresso da ciência e da tecnologia, que desvendou outra percepção da vida, dos modos de vida, com reflexos não apenas na concepção e no prolongamento da vida humana, como nos hábitos, na cultura, no comportamento do ser humano nos meios reais e virtuais disponíveis e que se alteram e inovam em ritmo acelerado e contínuo;

Considerando o progresso da ciência e da tecnologia, que deve implicar em benefícios, atuais e potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, nacional e universal, possibilitando a promoção do bem-estar e da qualidade de vida e promovendo a defesa e preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

Considerando as questões de ordem ética suscitadas pelo progresso e pelo avanço da ciência e da tecnologia, enraizados em todas as áreas do conhecimento humano;

Considerando que todo o progresso e seu avanço devem, sempre, respeitar a dignidade, a liberdade e a autonomia do ser humano;

Considerando os documentos que constituem os pilares do reconhecimento e da afirmação da dignidade, da liberdade e da autonomia do ser humano, como o Código de Nuremberg, de 1947, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948;

Considerando os documentos internacionais recentes, reflexo das grandes descobertas científicas e tecnológicas dos séculos XX e XXI, em especial a Declaração de Helsinque, adotada em 1964 e suas versões de 1975, 1983, 1989, 1996 e 2000; o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966; o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, de 1966; a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos, de 1997; a Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos, de 2003; e a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, de 2004;

Considerando a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, cujos objetivos e fundamentos da soberania, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político e os objetivos de construir uma sociedade livre, justa e solidária, de garantir o desenvolvimento nacional, de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e de promover o bem de todos, sem qualquer tipo de preconceito, ou de discriminação coadunam-se com os documentos internacionais sobre ética, direitos humanos e desenvolvimento;

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

Considerando a legislação brasileira correlata e pertinente; e

Considerando o disposto na Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, que impõe revisões periódicas a ela, conforme necessidades nas áreas tecnocientífica e ética, resolve:

Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos:

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A presente Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado.

Projetos de pesquisa envolvendo seres humanos deverão atender a esta Resolução.

II - DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

A presente Resolução adota as seguintes definições:

II.1 - achados da pesquisa - fatos ou informações encontrados pelo pesquisador no decorrer da pesquisa e que sejam considerados de relevância para os participantes ou comunidades participantes;

II.2 - assentimento livre e esclarecido - anuência do participante da pesquisa, criança, adolescente ou legalmente incapaz, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação. Tais participantes devem ser esclarecidos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa lhes acarretar, na medida de sua compreensão e respeitados em suas singularidades;

II.3 - assistência ao participante da pesquisa:

II.3.1 - assistência imediata - é aquela emergencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e

II.3.2 - assistência integral - é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa;

II.4 - benefícios da pesquisa - proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa;

II.5 - consentimento livre e esclarecido - anuência do participante da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após esclarecimento completo e pormenorizado sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar;

II.6 - dano associado ou decorrente da pesquisa - agravo imediato ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou à coletividade, decorrente da pesquisa;

II.7 - indenização - cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa;

II.8 - instituição proponente de pesquisa - organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada, à qual o pesquisador responsável está vinculado;

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

II.9 - instituição coparticipante de pesquisa - organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada, na qual alguma das fases ou etapas da pesquisa se desenvolve;

II.10 - participante da pesquisa - indivíduo que, de forma esclarecida e voluntária, ou sob o esclarecimento e autorização de seu(s) responsável(is) legal(is), aceita ser pesquisado. A participação deve se dar de forma gratuita, ressalvadas as pesquisas clínicas de Fase I ou de bioequivalência;

II.11 - patrocinador - pessoa física ou jurídica, pública ou privada que apoia a pesquisa, mediante ações de financiamento, infraestrutura, recursos humanos ou apoio institucional;

II.12 - pesquisa - processo formal e sistemático que visa à produção, ao avanço do conhecimento e/ou à obtenção de respostas para problemas mediante emprego de método científico;

II.13 - pesquisa em reprodução humana - pesquisas que se ocupam com o funcionamento do aparelho reprodutor, procriação e fatores que afetam a saúde reprodutiva de humanos, sendo que nesses estudos serão considerados "participantes da pesquisa" todos os que forem afetados pelos procedimentos dela;

II.14 - pesquisa envolvendo seres humanos - pesquisa que, individual ou coletivamente, tenha como participante o ser humano, em sua totalidade ou partes dele, e o envolva de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos;

II.15 - pesquisador - membro da equipe de pesquisa, corresponsável pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa;

II.16 - pesquisador responsável - pessoa responsável pela coordenação da pesquisa e corresponsável pela integridade e bemestar dos participantes da pesquisa;

II.17 - protocolo de pesquisa - conjunto de documentos contemplando a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais e as informações relativas ao participante da pesquisa, à qualificação dos pesquisadores e a todas as instâncias responsáveis;

II.18 - provimento material prévio - compensação material, exclusivamente para despesas de transporte e alimentação do participante e seus acompanhantes, quando necessário, anterior à participação deste na pesquisa;

II.19 - relatório final - é aquele apresentado após o encerramento da pesquisa, totalizando seus resultados;

II.20 - relatório parcial - é aquele apresentado durante a pesquisa demonstrando fatos relevantes e resultados parciais de seu desenvolvimento;

II.21 - ressarcimento - compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação;

II.22 - risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente;

II.23 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar;

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

II.24 - Termo de Assentimento - documento elaborado em linguagem acessível para os menores ou para os legalmente incapazes, por meio do qual, após os participantes da pesquisa serem devidamente esclarecidos, explicitarão sua anuência em participar da pesquisa, sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais; e

II.25 - vulnerabilidade - estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida ou impedida, ou de qualquer forma estejam impedidos de opor resistência, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido.

III - DOS ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes.

III.1 - A eticidade da pesquisa implica em:

a) respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;

b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;

c) garantia de que danos previsíveis serão evitados; e

d) relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

III.2 - As pesquisas, em qualquer área do conhecimento envolvendo seres humanos, deverão observar as seguintes exigências:

a) ser adequada aos princípios científicos que a justifiquem e com possibilidades concretas de responder a incertezas;

b) estar fundamentada em fatos científicos, experimentação prévia e/ou pressupostos adequados à área específica da pesquisa;

c) ser realizada somente quando o conhecimento que se pretende obter não possa ser obtido por outro meio;

d) buscar sempre que prevaleçam os benefícios esperados sobre os riscos e/ou desconfortos previsíveis;

e) utilizar os métodos adequados para responder às questões estudadas, especificando-os, seja a pesquisa qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa;

f) se houver necessidade de distribuição aleatória dos participantes da pesquisa em grupos experimentais e de controle, assegurar que, a priori, não seja possível estabelecer as vantagens de um procedimento sobre outro, mediante revisão de literatura, métodos observacionais ou métodos que não envolvam seres humanos;

g) obter consentimento livre e esclarecido do participante da pesquisa e/ou seu representante legal, inclusive nos casos das pesquisas que, por sua natureza, impliquem justificadamente, em consentimento a posteriori;

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

h) contar com os recursos humanos e materiais necessários que garantam o bem-estar do participante da pesquisa, devendo o(s) pesquisador(es) possuir(em) capacidade profissional adequada para desenvolver sua função no projeto proposto;

i) prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros;

j) ser desenvolvida preferencialmente em indivíduos com autonomia plena. Indivíduos ou grupos vulneráveis não devem ser participantes de pesquisa quando a informação desejada possa ser obtida por meio de participantes com plena autonomia, a menos que a investigação possa trazer benefícios aos indivíduos ou grupos vulneráveis;

k) respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, como também os hábitos e costumes, quando as pesquisas envolverem comunidades;

l) garantir que as pesquisas em comunidades, sempre que possível, traduzir-se-ão em benefícios cujos efeitos continuem a se fazer sentir após sua conclusão. Quando, no interesse da comunidade, houver benefício real em incentivar ou estimular mudanças de costumes ou comportamentos, o protocolo de pesquisa deve incluir, sempre que possível, disposições para comunicar tal benefício às pessoas e/ou comunidades;

m) comunicar às autoridades competentes, bem como aos órgãos legitimados pelo Controle Social, os resultados e/ou achados da pesquisa, sempre que estes puderem contribuir para a melhoria das condições de vida da coletividade, preservando, porém, a imagem e assegurando que os participantes da pesquisa não sejam estigmatizados;

n) assegurar aos participantes da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;

o) assegurar aos participantes da pesquisa as condições de acompanhamento, tratamento, assistência integral e orientação, conforme o caso, enquanto necessário, inclusive nas pesquisas de rastreamento;

p) comprovar, nas pesquisas conduzidas no exterior ou com cooperação estrangeira, os compromissos e as vantagens, para os participantes das pesquisas e para o Brasil, decorrentes de sua realização.

Nestes casos deve ser identificado o pesquisador e a instituição nacional, responsáveis pela pesquisa no Brasil. Os estudos patrocinados no exterior também deverão responder às necessidades de transferência de conhecimento e tecnologia para a equipe brasileira, quando aplicável e, ainda, no caso do desenvolvimento de novas drogas, se comprovadas sua segurança e eficácia, é obrigatório seu registro no Brasil;

q) utilizar o material e os dados obtidos na pesquisa exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo, ou conforme o consentimento do participante;

r) levar em conta, nas pesquisas realizadas em mulheres em idade fértil ou em mulheres grávidas, a avaliação de riscos e benefícios e as eventuais interferências sobre a fertilidade, a gravidez, o embrião ou o feto, o trabalho de parto, o puerpério, a lactação e o recém-nascido;

s) considerar que as pesquisas em mulheres grávidas devem ser precedidas de pesquisas em mulheres fora do período gestacional, exceto quando a gravidez for o objeto fundamental da pesquisa;

t) garantir, para mulheres que se declarem expressamente isentas de risco de gravidez, quer por não exercerem práticas sexuais ou por as exercerem de forma não reprodutiva, o direito de participarem de pesquisas sem o uso obrigatório de contraceptivos; e

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

u) ser descontinuada somente após análise e manifestação, por parte do Sistema CEP/CONEP/CNS/MS que a aprovou, das razões dessa descontinuidade, a não ser em casos de justificada urgência em benefício de seus participantes.

III.3 - As pesquisas que utilizam metodologias experimentais na área biomédica, envolvendo seres humanos, além do preconizado no item III.2, deverão ainda:

a) estar fundamentadas na experimentação prévia, realizada em laboratórios, utilizando-se animais ou outros modelos experimentais e comprovação científica, quando pertinente;

b) ter plenamente justificadas, quando for o caso, a utilização de placebo, em termos de não maleficência e de necessidade metodológica, sendo que os benefícios, riscos, dificuldades e efetividade de um novo método terapêutico devem ser testados, comparando-o com os melhores métodos profiláticos, diagnósticos e terapêuticos atuais. Isso não exclui o uso de placebo ou nenhum tratamento em estudos nos quais não existam métodos provados de profilaxia, diagnóstico ou tratamento;

c) utilizar o material biológico e os dados obtidos na pesquisa exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo, ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa; e

d) assegurar a todos os participantes ao final do estudo, por parte do patrocinador, acesso gratuito e por tempo indeterminado, aos melhores métodos profiláticos, diagnósticos e terapêuticos que se demonstraram eficazes:

d.1) o acesso também será garantido no intervalo entre o término da participação individual e o final do estudo, podendo, nesse caso, esta garantia ser dada por meio de estudo de extensão, de acordo com análise devidamente justificada do médico assistente do participante.

IV - DO PROCESSO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos que, por si e/ou por seus representantes legais, manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.

Entende-se por Processo de Consentimento Livre e Esclarecido todas as etapas a serem necessariamente observadas para que o convidado a participar de uma pesquisa possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

IV.1 - A etapa inicial do Processo de Consentimento Livre e Esclarecido é a do esclarecimento ao convidado a participar da pesquisa, ocasião em que o pesquisador, ou pessoa por ele delegada e sob sua responsabilidade, deverá:

a) buscar o momento, condição e local mais adequados para que o esclarecimento seja efetuado, considerando, para isso, as peculiaridades do convidado a participar da pesquisa e sua privacidade;

b) prestar informações em linguagem clara e acessível, utilizando-se das estratégias mais apropriadas à cultura, faixa etária, condição socioeconômica e autonomia dos convidados a participar da pesquisa; e

c) conceder o tempo adequado para que o convidado a participar da pesquisa possa refletir, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

IV.2 - Superada a etapa inicial de esclarecimento, o pesquisador responsável, ou pessoa por ele delegada, deverá apresentar, ao convidado para participar da pesquisa, ou a seu representante legal, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que seja lido e compreendido, antes da concessão do seu consentimento livre e esclarecido.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

IV.3 - O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá conter, obrigatoriamente:

a) justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com o detalhamento dos métodos a serem utilizados, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou experimental, quando aplicável;

b) explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto do participante da pesquisa;

c) esclarecimento sobre a forma de acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios e acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ ou a interrupção da pesquisa;

d) garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;

e) garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa;

f) garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

g) explicitação da garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes; e

h) explicitação da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

IV.4 - O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nas pesquisas que utilizam metodologias experimentais na área biomédica, envolvendo seres humanos, além do previsto no item IV.3 supra, deve observar, obrigatoriamente, o seguinte:

a) explicitar, quando pertinente, os métodos terapêuticos alternativos existentes;

b) esclarecer, quando pertinente, sobre a possibilidade de inclusão do participante em grupo controle ou placebo, explicitando, claramente, o significado dessa possibilidade; e

c) não exigir do participante da pesquisa, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido não deve conter ressalva que afaste essa responsabilidade ou que implique ao participante da pesquisa abrir mão de seus direitos, incluindo o direito de procurar obter indenização por danos eventuais.

IV.5 - O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá, ainda:

a) conter declaração do pesquisador responsável que expresse o cumprimento das exigências contidas nos itens IV. 3 e IV.4, este último se pertinente;

b) ser adaptado, pelo pesquisador responsável, nas pesquisas com cooperação estrangeira concebidas em âmbito internacional, às normas éticas e à cultura local, sempre com linguagem clara e acessível a todos e, em especial, aos participantes da pesquisa, tomando o especial cuidado para que seja de fácil leitura e compreensão;

c) ser aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente; e

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

d) ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela (s) pessoa (s) por ele delegada (s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente.

IV.6 - Nos casos de restrição da liberdade ou do esclarecimento necessários para o adequado consentimento, deve-se, também, observar:

a) em pesquisas cujos convidados sejam crianças, adolescentes, pessoas com transtorno ou doença mental ou em situação de substancial diminuição em sua capacidade de decisão, deverá haver justificativa clara de sua escolha, especificada no protocolo e aprovada pelo CEP, e pela CONEP, quando pertinente. Nestes casos deverão ser cumpridas as etapas do esclarecimento e do consentimento livre e esclarecido, por meio dos representantes legais dos convidados a participar da pesquisa, preservado o direito de informação destes, no limite de sua capacidade;

b) a liberdade do consentimento deverá ser particularmente garantida para aqueles participantes de pesquisa que, embora plenamente capazes, estejam expostos a condicionamentos específicos, ou à influência de autoridade, caracterizando situações passíveis de limitação da autonomia, como estudantes, militares, empregados, presidiários e internos em centros de readaptação, em casas-abrigo, asilos, associações religiosas e semelhantes, assegurando-lhes inteira liberdade de participar, ou não, da pesquisa, sem quaisquer represálias;

c) as pesquisas em pessoas com o diagnóstico de morte encefálica deverão atender aos seguintes requisitos:

c.1) documento comprobatório da morte encefálica;

c.2) consentimento explícito, diretiva antecipada da vontade da pessoa, ou consentimento dos familiares e/ou do representante legal;

c.3) respeito à dignidade do ser humano;

c.4) inexistência de ônus econômico-financeiro adicional à família;

c.5) inexistência de prejuízo para outros pacientes aguardando internação ou tratamento;
e

c.6) possibilidade de obter conhecimento científico relevante, ou novo, que não possa ser obtido de outra maneira;

d) que haja um canal de comunicação oficial do governo, que esclareça as dúvidas de forma acessível aos envolvidos nos projetos de pesquisa, igualmente, para os casos de diagnóstico com morte encefálica; e

e) em comunidades cuja cultura grupal reconheça a autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo, a obtenção da autorização para a pesquisa deve respeitar tal particularidade, sem prejuízo do consentimento individual, quando possível e desejável.

Quando a legislação brasileira dispuser sobre competência de órgãos governamentais, a exemplo da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, no caso de comunidades indígenas, na tutela de tais comunidades, tais instâncias devem autorizar a pesquisa antecipadamente.

IV.7 - Na pesquisa que dependa de restrição de informações aos seus participantes, tal fato deverá ser devidamente explicitado e justificado pelo pesquisador responsável ao Sistema CEP/CONEP. Os dados obtidos a partir dos participantes da pesquisa não poderão ser usados para outros fins além dos previstos no protocolo e/ou no consentimento livre e esclarecido.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

IV.8 - Nos casos em que seja inviável a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou que esta obtenção signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado, a dispensa do TCLE deve ser justificadamente solicitada pelo pesquisador responsável ao Sistema CEP/CONEP, para apreciação, sem prejuízo do posterior processo de esclarecimento.

V - DOS RISCOS E BENEFÍCIOS

Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes. Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo. A análise de risco é componente imprescindível à análise ética, dela decorrendo o plano de monitoramento que deve ser oferecido pelo Sistema CEP/CONEP em cada caso específico.

V.1 - As pesquisas envolvendo seres humanos serão admissíveis quando:

a) o risco se justifique pelo benefício esperado; e

b) no caso de pesquisas experimentais da área da saúde, o benefício seja maior, ou, no mínimo, igual às alternativas já estabelecidas para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento.

V.2 - São admissíveis pesquisas cujos benefícios a seus participantes forem exclusivamente indiretos, desde que consideradas as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual desses.

V.3 - O pesquisador responsável, ao perceber qualquer risco ou dano significativos ao participante da pesquisa, previstos, ou não, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deve comunicar o fato, imediatamente, ao Sistema CEP/CONEP, e avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou suspender o estudo.

V.4 - Nas pesquisas na área da saúde, tão logo constatada a superioridade significativa de uma intervenção sobre outra(s) comparativa(s), o pesquisador deverá avaliar a necessidade de adequar ou suspender o estudo em curso, visando oferecer a todos os benefícios do melhor regime.

V.5 - O Sistema CEP/CONEP deverá ser informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal dos estudos por ele aprovados e, especificamente, nas pesquisas na área da saúde, dos efeitos adversos e da superioridade significativa de uma intervenção sobre outra ou outras comparativas.

V.6 - O pesquisador, o patrocinador e as instituições e/ou organizações envolvidas nas diferentes fases da pesquisa devem proporcionar assistência imediata, nos termos do item II.3, bem como responsabilizarem-se pela assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa.

V.7 - Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa.

VI - DO PROTOCOLO DE PESQUISA

O protocolo a ser submetido à revisão ética somente será apreciado se for apresentada toda documentação solicitada pelo Sistema CEP/CONEP, considerada a natureza e as especificidades de cada pesquisa. A Plataforma BRASIL é o sistema oficial de lançamento de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/ CONEP.

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

VII - DO SISTEMA CEP/CONEP

É integrado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/CNS/MS do Conselho Nacional de Saúde e pelos Comitês de Ética em Pesquisa - CEP - compondo um sistema que utiliza mecanismos, ferramentas e instrumentos próprios de inter-relação, num trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do Brasil, de forma coordenada e descentralizada por meio de um processo de acreditação.

VII.1 - Pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/CONEP, que, ao analisar e decidir, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes.

VII.2 - Os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos:

VII.2.1 - as instituições e/ou organizações nas quais se realizem pesquisas envolvendo seres humanos podem constituir um ou mais de um Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, conforme suas necessidades e atendendo aos critérios normativos; e

VII.2.2 - na inexistência de um CEP na instituição proponente ou em caso de pesquisador sem vínculo institucional, caberá à CONEP a indicação de um CEP para proceder à análise da pesquisa dentre aqueles que apresentem melhores condições para monitorá-la.

VII.3 - A CONEP é uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa e independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde/MS.

VII.4 - A revisão ética dos projetos de pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser associada à sua análise científica.

VII.5 - Os membros integrantes do Sistema CEP/CONEP deverão ter, no exercício de suas funções, total independência na tomada das decisões, mantendo em caráter estritamente confidencial, as informações conhecidas. Desse modo, não podem sofrer qualquer tipo de pressão por parte de superiores hierárquicos ou pelos interessados em determinada pesquisa. Devem isentar-se da tomada de decisões quando envolvidos na pesquisa em análise.

VII.6 - Os membros dos CEP e da CONEP não poderão ser remunerados no desempenho de sua tarefa, podendo, apenas, receber ressarcimento de despesas efetuadas com transporte, hospedagem e alimentação, sendo imprescindível que sejam dispensados, nos horários de seu trabalho nos CEP, ou na CONEP, de outras obrigações nas instituições e/ou organizações às quais prestam serviço, dado o caráter de relevância pública da função.

VIII - DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) ATRIBUIÇÕES:

VIII.1 - avaliar protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, com prioridade nos temas de relevância pública e de interesse estratégico da agenda de prioridades do SUS, com base nos indicadores epidemiológicos, emitindo parecer, devidamente justificado, sempre orientado, dentre outros, pelos princípios da impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, dentro dos prazos estabelecidos em norma operacional, evitando redundâncias que resultem em morosidade na análise;

VIII.2 - desempenhar papel consultivo e educativo em questões de ética; e

VIII.3 - elaborar seu Regimento Interno.

IX - DA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP) ATRIBUIÇÕES:

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

IX.1 - examinar os aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, como também a adequação e atualização das normas atinentes, podendo, para tanto, consultar a sociedade, sempre que julgar necessário;

IX.2 - estimular a participação popular nas iniciativas de Controle Social das Pesquisas com Seres Humanos, além da criação de CEP institucionais e de outras instâncias, sempre que tal criação possa significar o fortalecimento da proteção de participantes de pesquisa no Brasil;

IX.3 - registrar e supervisionar o funcionamento e cancelar o registro dos CEP que compõem o Sistema CEP/CONEP;

IX.4 - analisar os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, emitindo parecer, devidamente justificado, sempre orientado, dentre outros, pelos princípios da impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, dentro dos prazos estabelecidos em norma operacional, evitando redundâncias que resultem em morosidade na análise;

1. genética humana, quando o projeto envolver:

1.1. envio para o exterior de material genético ou qualquer material biológico humano para obtenção de material genético, salvo nos casos em que houver cooperação com o Governo Brasileiro;

1.2. armazenamento de material biológico ou dados genéticos humanos no exterior e no País, quando de forma conveniente com instituições estrangeiras ou em instituições comerciais;

1.3. alterações da estrutura genética de células humanas para utilização in vivo;

1.4. pesquisas na área da genética da reprodução humana (reprogenética);

1.5. pesquisas em genética do comportamento; e

1.6. pesquisas nas quais esteja prevista a dissociação irreversível dos dados dos participantes de pesquisa;

2. reprodução humana: pesquisas que se ocupam com o funcionamento do aparelho reprodutor, procriação e fatores que afetam a saúde reprodutiva de humanos, sendo que nessas pesquisas serão considerados "participantes da pesquisa" todos os que forem afetados pelos procedimentos delas. Caberá análise da CONEP quando o projeto envolver:

2.1. reprodução assistida;

2.2. manipulação de gametas, pré-embriões, embriões e feto; e

2.3. medicina fetal, quando envolver procedimentos invasivos;

3. equipamentos e dispositivos terapêuticos, novos ou não registrados no País;

4. novos procedimentos terapêuticos invasivos;

5. estudos com populações indígenas;

6. projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte;

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

7. protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa;

8. pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e

9. projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP;

IX.5 - fortalecer a participação dos CEP por meio de um processo contínuo de capacitação, qualificação e acreditação;

IX.6 - coordenar o processo de acreditação dos CEP, credenciando- os de acordo com níveis de competência que lhes possibilitem ser delegadas responsabilidades originárias da CONEP;

IX.7 - analisar e monitorar, direta ou indiretamente, no prazo estipulado em normativa, os protocolos de pesquisa que envolvam necessidade de maior proteção em relação aos seus participantes, em especial os riscos envolvidos. Deve, nesse escopo, ser considerado sempre em primeiro plano o indivíduo e, de forma associada, os interesses nacionais no desenvolvimento científico e tecnológico, como base para determinação da relevância e oportunidade na realização dessas pesquisas;

IX.8 - analisar e monitorar, direta ou indiretamente, protocolos de pesquisas com conflitos de interesse que dificultem ou inviabilizem a justa análise local;

IX.9 - analisar, justificadamente, qualquer protocolo do Sistema CEP/CONEP, sempre que considere pertinente; e

IX.10 - analisar, em caráter de urgência e com tramitação especial, protocolos de pesquisa que sejam de relevante interesse público, tais como os protocolos que contribuam para a saúde pública, a justiça e a redução das desigualdades sociais e das dependências tecnológicas, mediante solicitação do Ministério da Saúde, ou de outro órgão da Administração Pública, ou ainda a critério da Plenária da CONEP/CNS.

X - DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE ÉTICA

X.1 - DA ANÁLISE ÉTICA DOS CEP DAS COMPETÊNCIAS:

1. compete ao CEP, após análise, emitir parecer devidamente motivado, no qual se apresente de forma clara, objetiva e detalhada, a decisão do colegiado, em prazo estipulado em norma operacional;

2. encaminhar, após análise fundamentada, os protocolos de competência da CONEP, observando de forma cuidadosa toda a documentação que deve acompanhar esse encaminhamento, conforme norma operacional vigente, incluindo a comprovação detalhada de custos e fontes de financiamento necessários para a pesquisa;

3. incumbe, também, aos CEP:

a) manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de sua tarefa e arquivamento do protocolo completo;

b) acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa;

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

c) o CEP deverá manter em arquivo o projeto, o protocolo e os relatórios correspondentes, por um período de 5 anos após o encerramento do estudo, podendo esse arquivamento processar-se em meio digital;

d) receber denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, solicitar a adequação do Termo de Consentimento;

e) requerer a instauração de apuração à direção da instituição e/ou organização, ou ao órgão público competente, em caso de conhecimento ou de denúncias de irregularidades nas pesquisas envolvendo seres humanos e, havendo comprovação, ou se pertinente, comunicar o fato à CONEP e, no que couber, a outras instâncias; e

f) manter comunicação regular e permanente com a CONEP, por meio de sua Secretaria Executiva.

X.2 - DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE ÉTICA DA CONEP:

1. compete à CONEP, dentro do prazo a ser estipulado em Norma Operacional, emitir parecer devidamente motivado, com análise clara, objetiva e detalhada de todos os elementos e documentos do projeto;

2. compete, também, à CONEP, o monitoramento, direto ou indireto, dos protocolos de pesquisa de sua competência; e

3. aplica-se à CONEP, nas hipóteses em que funciona como CEP, as disposições sobre Procedimentos de Análise Ética dos CEP.

X.3 - DAS DISPOSIÇÕES COMUNS AOS CEP E À CONEP:

1. os membros do CEP/CONEP deverão isentar-se da análise e discussão do caso, assim como da tomada de decisão, quando envolvidos na pesquisa;

2. os CEP e a CONEP poderão contar com consultores ad hoc, pessoas pertencentes, ou não, à instituição/organização, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos;

3. pesquisa que não se faça acompanhar do respectivo protocolo não deve ser analisada;

4. considera-se antiética a pesquisa aprovada que for descontinuada pelo pesquisador responsável, sem justificativa previamente aceita pelo CEP ou pela CONEP;

5. a revisão do CEP culminará em seu enquadramento em uma das seguintes categorias:

a) aprovado;

b) pendente: quando o CEP considera necessária a correção do protocolo apresentado, e solicita revisão específica, modificação ou informação relevante, que deverá ser atendida em prazo estipulado em norma operacional; e

c) não aprovado;

6. o CEP poderá, se entender oportuno e conveniente, no curso da revisão ética, solicitar informações, documentos e outros, necessários ao perfeito esclarecimento das questões, ficando suspenso o procedimento até a vinda dos elementos solicitados;

7. das decisões de não aprovação caberá recurso ao próprio CEP e/ou à CONEP, no prazo de 30 dias, sempre que algum fato novo for apresentado para fundamentar a necessidade de uma reanálise;

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

8. os CEP e a CONEP deverão determinar o arquivamento do protocolo de pesquisa nos casos em que o pesquisador responsável não atender, no prazo assinalado, às solicitações que lhe foram feitas.

Poderão ainda considerar o protocolo retirado, quando solicitado pelo pesquisador responsável;

9. uma vez aprovado o projeto, o CEP, ou a CONEP, nas hipóteses em que atua como CEP ou no exercício de sua competência originária, passa a ser corresponsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa; e

10. consideram-se autorizados para execução os projetos aprovados pelos CEP, ou pela CONEP, nas hipóteses em que atua originariamente como CEP ou no exercício de suas competências.

XI - DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.1 - A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

a) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou à CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa;

b) elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

c) desenvolver o projeto conforme delineado;

d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;

f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;

g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e

h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

XII - OUTRAS DISPOSIÇÕES

XII.1 - Cada área temática de investigação e cada modalidade de pesquisa, além de respeitar os dispositivos desta Resolução, deve cumprir as exigências setoriais e regulamentações específicas.

XII.2 - As agências de fomento à pesquisa e o corpo editorial das revistas científicas deverão exigir documentação comprobatória de aprovação do projeto pelo Sistema CEP/CONEP.

XII.3 - A presente Resolução, por sua própria natureza, demanda revisões periódicas, conforme necessidades das áreas ética, científica e tecnológica.

XIII - DAS RESOLUÇÕES E DAS NORMAS ESPECÍFICAS

Inclusão Escolar: As perspectivas do pedagogo no âmbito educacional

XIII.1 - O procedimento de avaliação dos protocolos de pesquisa, bem como os aspectos específicos do registro, como concessão, renovação ou cancelamento e, também, da acreditação de Comitês de Ética em Pesquisa serão regulamentados por Resolução do Conselho Nacional de Saúde.

XIII.2 - O processo de acreditação dos Comitês de Ética em Pesquisa que compõem o Sistema CEP/CONEP será tratado em Resolução do CNS.

XIII.3 - As especificidades éticas das pesquisas nas ciências sociais e humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas serão contempladas em resolução complementar, dadas suas particularidades.

XIII.4 - As especificidades éticas das pesquisas de interesse estratégico para o SUS serão contempladas em Resolução complementar específica.

XIII.5 - Os aspectos procedimentais e administrativos do Sistema CEP/CONEP serão tratados em Norma Operacional do CNS.

XIII.6 - A tipificação e gradação do risco nas diferentes metodologias de pesquisa serão definidas em norma própria, pelo Conselho Nacional de Saúde.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam revogadas as Resoluções CNS Nos 196/96, 303/2000 e 404/2008.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde